

Instituto Superior Miguel Torga
Escola Superior de Altos Estudos

Ana Isabel Louro Rodrigues Branco

**O Processo de Institucionalização do Curso de
Serviço Social na Escola Superior de Educação do
Instituto Politécnico de Leiria**



**Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada ao ISMT e
elaborada sob orientação da Professora Doutora Alcina Martins**

Coimbra, 2009

Instituto Superior Miguel Torga
Escola Superior de Altos Estudos

Ana Isabel Louro Rodrigues Branco

**O Processo de Institucionalização do Curso de
Serviço Social na Escola Superior de Educação do
Instituto Politécnico de Leiria**

**Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada ao ISMT e
elaborada sob orientação da Professora Doutora Alcina Martins**

VI Curso de Mestrado em Serviço Social – 2008/2009

Coimbra, 2009

O Sonho

*Pelo Sonho é que vamos,
comovidos e mudos.
Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não haja frutos,
pelo Sonho é que vamos.*

*Basta a fé no que temos.
Basta a esperança naquilo
que talvez não teremos.
Basta que a alma demos,
com a mesma alegria,
ao que desconhecemos
e ao que é do dia-a-dia.*

Chegamos? Não chegamos?

- Partimos. Vamos. Somos.

Poema de Sebastião da Gama

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho de investigação foi possível, devido à colaboração de várias pessoas e instituições. Saliento a importância do desenvolvimento do Mestrado em Serviço Social no ISMT, e agradeço:

À Professora Doutora Alcina Martins, apresento o meu profundo reconhecimento por toda a sua disponibilidade, dedicação, empenho e sentido crítico, imprescindíveis para a concretização desta investigação. Para além da orientação deste trabalho, o meu apreço pela dinâmica incutida ao Núcleo de Estudo e Investigação “História e Serviço Social Contemporâneo” deste VI curso de Mestrado em Serviço Social, espaço privilegiado de reflexão e partilha de conhecimentos.

À Professora Rosa Tomé, pela sua dedicação ao Serviço Social, formação, profissão e alunos.

Ao Professor Doutor Manuel Menezes pelo estímulo à reflexão crítica.

À Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria, e em especial, ao Professor Doutor Pedro Silva, cuja colaboração foi determinante neste percurso, possibilitando o acesso a todas as informações que necessitava.

Ao Professor Doutor Ricardo Vieira e ao Professor Cristóvão Margarido pela colaboração e disponibilidade para a realização das entrevistas.

À minha mãe, uma palavra de apreço especial, por ser o meu “porto de abrigo”. Ao meu pai, à minha irmã, e avós, por todo o apoio que sempre me deram nesta caminhada da vida.

A ti, Marco, que desde o primeiro momento, incentivaste-me a seguir em frente e a acreditar em mim. Estiveste presente em todos os momentos.

À Dra. Margarida Gomes, pela sua amizade, e por no decurso do meu estágio profissional, ter sido uma figura determinante para a minha valorização pessoal e profissional. Obrigada amiga por continuar presente!

Aos colegas do VI curso de Mestrado em Serviço Social com que compartilhei momentos determinantes. Obrigada Isabel e Cármen pela amizade que nos uniu.

RESUMO

A presente Dissertação surge no âmbito do VI Curso de Mestrado em Serviço Social da Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga. A investigação subordina-se ao processo de institucionalização do curso de Serviço Social, ao nível do Ensino Superior Público Politécnico, mais especificamente na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, sendo esta a escola pioneira na formação em Serviço Social, nesta tipologia de ensino.

A implementação do Serviço Social no Ensino Público ocorre no século XXI, sendo inicialmente integrado na Universidade Pública (Universidade dos Açores, 2000) e em 2002, no Ensino Superior Público Politécnico.

Analisar o processo subjacente à expansão do curso de Serviço Social neste tipo de ensino e à proliferação desta formação, na viragem do século XXI, quando se assiste tendencialmente à privatização do ensino, e tendo em consideração que inserir o curso de Serviço Social no Ensino Público foi prosseguido, mas nunca alcançado pelas escolas fundadoras e pela organização da profissão, antes e depois do 25 de Abril de 1974, constituem objectivos da investigação.

Partindo da realidade do Ensino Superior Politécnico, constatamos que o curso de Serviço Social se insere nesta tipologia de ensino, tendencialmente, ao nível das Escolas Superiores de Educação, o que nos levou a procurar compreender esta situação.

Nesta investigação, recorreu-se às metodologias de natureza qualitativa, procedendo-se à pesquisa documental de várias fontes, principalmente no arquivo da ESEL, e à realização de duas entrevistas semi-directivas ao Coordenador do curso de Serviço Social no período de 2002/03 a 2005/06 e a um professor da área do Serviço Social desta IES.

O processo de inserção do curso de Serviço Social na ESEL esteve relacionado com a necessidade de reequacionar a matriz inicial da escola - formação de professores. Os diplomados destes cursos apresentavam dificuldades de inserção no mercado de trabalho, conduzindo a uma diminuição drástica na procura desta formação.

A crescente procura do curso de Serviço Social nas últimas décadas do século XX, com o crescimento exponencial destes alunos e a boa empregabilidade dos diplomados, constituem factores apelativos para que este curso seja equacionado pela ESE – IPL. A necessidade de um maior número de profissionais para intervir no desenvolvimento das políticas sociais e dos serviços sociais, na área social na Região de Leiria, constituiu outro factor subjacente à criação deste curso.

As organizações de Serviço Social que sempre se pautaram pela integração do curso no Ensino Público, perante a criação da licenciatura bi-etápica em Serviço Social neste Instituto, desencadeiam reacções críticas, por quanto era posto em causa o que a categoria profissional tinha obtido na década de 90, ao nível académico e profissional.

Palavras-Chave: Serviço Social, Implementação, Ensino Superior Público Politécnico.

ABSTRACT

This Dissertation arises in the scope of the VI Masters Degree in Social Service from the Higher Education College of the Miguel Torga Institute of Higher Education. The research subordinates itself to the institutionalization process of the Social Service course, with regards to the Polytechnic Higher Education State Institutes, more specifically in the Higher Education Polytechnic Institute of Leiria, this being the first college to provide Social Service training, in this type of education.

The implementation of Social Service in State Education occurred in the 21st century, being initially integrated into the State University (University of Azores, 2000) and in 2002 it was integrated into the Polytechnic Higher Education State Institutes.

The research aims to analyse the process subjacent to the expansion of the Social Service course in this type of education, and to the proliferation of this training, in the turn of the 21st century, when the privatization of education was a tendency and taking into consideration that inserting the Social Service course into State Education was continued but not achieved by the founding colleges and by the Social Service organization before and after 25th April 1974.

If we start by looking at what defines Polytechnic Higher Education, we can establish that the Social Service course is typically part of this type of education, in terms of Higher Education Colleges, which leads us to try to understand this situation.

In this research, methods of qualitative nature were used and document research of different sources was carried out, mainly in the ESEL archive and the carrying out two semi-directive interviews, one to the Coordinator of the Social Service course in the timeframe of 2002/03 to 2005/06 and another to a teacher of the area of Social Service of this Institute of Social Studies.

The process of insertion of the Social Service course into ESEL was related to the necessity to reconsider the initial matrix of the college – teacher training. The graduates of these courses had difficulties in getting into the labour market, leading to a drastic decrease in the demand for this training.

The increasing demand for the Social Service course in the last decades of the 20th century, with a big growth in the number of students and good job prospects for graduates, have been attractive factors for this course to be assessed by ESE – IPL. The need for a bigger number of labourers to intervene in the development of social policies and social services, in the social area of the Leiria region, was another factor subjacent to the creation of this course.

The Social Service organizations, which were always regulated by the integration of the course in State Education caused critical reactions when they were facing the creation of the bi-stage degree in Social Service in this Institute due to the fact that what the professional category had achieved in the nineties in academic and professional terms was put into question.

Keywords: Social Service, Implementation, Public Polytechnic Higher

LISTA DE SIGLAS

APSS – Associação de Profissionais de Serviço Social

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIID – Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s)

C.M. – Cristóvão Margarido

DR – Diário da República

ESEL – Escola Superior de Educação de Leiria

ESECS – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

IES – Instituições de Ensino Superior

IPL – Instituto Politécnico de Leiria

ISMT – Instituto Superior Miguel Torga

ISSSL – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa

ISSSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

P.E.B. – Professores de Ensino Básico

PUC – SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RNESS – Rede Nacional de Escolas de Serviço Social

R.V. – Ricardo Vieira

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization)

Índice

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - RELAÇÕES ENTRE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES EM PORTUGAL	16
1.1. Breve Trajectória do Ensino Superior da República à Democracia	16
1.2 O Ensino Público Politécnico no Contexto do Ensino Superior	21
1.3 Transformações no Ensino Superior a partir dos anos 80	25
CAPÍTULO 2 – O ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE ENSINO SUPERIOR PRIVADO E PÚBLICO	29
2.1 Do Ensino Superior Privado às Propostas para a sua Integração no Ensino Superior Público	29
2.2 O Processo de Qualificação Académica em Serviço Social e a Integração desta Formação no Ensino Universitário	31
2.3 A Inserção da Formação em Serviço Social no Ensino Superior Público	33
CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO POLITÉCNICO	35
3.1 Da Criação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria ao Reequacionamento dos Cursos associados à sua Matriz Inicial	35
3.2 A Superação da Crise da ESE e a Criação do Curso de Serviço Social	37
3.3 O Processo Instituinte da Formação em Serviço Social	42
3.4 Reacções à Criação do Curso por parte das Organizações de Serviço Social	53
3.5 O Plano de Estudos da Licenciatura Bi-etápica em Serviço Social, o corpo de Docentes e Discentes do 1º curso e a sua Representação nos Órgãos de Gestão	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
CONCLUSÃO	71
BIBIOGRAFIA.....	74
PESQUISA DOCUMENTAL	76
LEGISLAÇÃO:.....	77

ANEXO I – PLANO DE ESTUDOS DO CURSO BI-ETÁPICO DE LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL.....	78
--	-----------

ANEXO II – ALTERAÇÃO DO PLANO DE ESTUDOS DO CURSO BI-ETÁPICO DE LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL.....	80
--	-----------

INTRODUÇÃO

A presente investigação tem por objecto de estudo, o processo de institucionalização do curso de Serviço Social na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria.

Tendo por base um estudo levado a cabo por Martins e Tomé (2008), a licenciatura em Serviço Social (1º ciclo), encontra-se presentemente inserida em 20 IES e em todas as tipologias de ensino (Público, Privado; Universitário, Politécnico).

No século XXI, deparamo-nos com uma diversidade de escolas onde o curso de Serviço Social é leccionado, sendo notório o crescimento e desenvolvimento da formação em Serviço Social.

Em 2000, o curso de Serviço Social é inserido no Ensino Superior Público Universitário (Universidade dos Açores) e em 2002 no Ensino Público Politécnico, sendo a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, a instituição pioneira a ministrar esta formação.

No que concerne ao Serviço Social Português, o Ensino Público foi reclamado pelas escolas e organizações da profissão antes e depois de Abril de 1974, sem este objectivo ter sido alcançado.

Paradoxalmente, face à actual crise do Estado de Bem-estar Social, em que verificamos uma tendência crescente para a privatização do ensino, a implementação do Serviço Social no Ensino Público ocorre nesta época.

Tendo em consideração a realização de trabalhos de natureza científica¹, trabalhos realizados no âmbito de mestrados² e doutoramentos³ sobre a história do Serviço Social (no que concerne ao estudo das primeiras escolas existentes em Serviço Social), assim

¹ MONTEIRO, Alcina (1995). *A formação Académica dos Assistentes Sociais: Uma retrospectiva crítica da institucionalização do Serviço Social no 'Estado Novo'*. Intervenção Social. Revista Semestral do ISSS, nº 11/12. Serviço Social e Sociedade. Investigar o Agir. 45-76

² CORNEJO, Bernardo Alfredo Henríquez (1998). *A Construção do Serviço Social Português e o Estado de Mal-Estar Salazarista*, Lisboa;

SILVA, Margarida (2006) *História e conhecimento profissional em Serviço Social: o caso da Escola do Porto (1960 - 1974)*. Dissertação de Mestrado, Braga, Universidade Católica Portuguesa.

³ MARTINS, Alcina Maria de Castro (1999). *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português* - Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia;
NEGREIROS, Maria Augusta Galdes (1999). *Serviço Social: uma profissão em movimento - a dinâmica académico-profissional no Portugal pós-74*. São Paulo.

como sobre a implementação do curso de Serviço Social no Ensino Público Universitário⁴, e mais recentemente, uma dissertação de mestrado subordinada ao estudo da formação de 1º ciclo em Serviço Social após a adequação ao Processo de Bolonha⁵, considera-se pertinente a realização desta investigação, que incide na implementação do curso de Serviço Social, no Ensino Público Politécnico.

Em 2002, o ensino de Serviço Social é, pela primeira vez, leccionado na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, a escola em que mestranda obteve o grau de licenciatura, pertencendo à primeira *fornada do curso* (2002/2006), pelo que surge o interesse em resgatar a reconstituição histórica do processo que levou à criação do curso de Serviço Social na escola e nos anos em que estudou.

De acordo com Martins e Tomé (2008), entre os anos de 1996/97 a 2005/06 diplomaram-se 5869 Assistentes Sociais. Em Dezembro de 2007, encontravam-se registados no Centro de Emprego do continente 812 Assistente Sociais, e deste grupo, 416 procurava o 1º emprego e 316 procurava um novo emprego, todos há menos de um ano.

Até à década de 90, o curso de Serviço Social estava concentrado nas regiões urbanas do litoral: Lisboa, Porto e Coimbra. Tendo em consideração as demandas do processo de regionalização, a criação de Institutos Politécnicos tem vindo a contribuir para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas.

De acordo com Biscaia⁶ (2005), a Região da Leiria é marcada, ao nível da sua História, Economia, Geografia, património ecológico e comportamentos *das suas gentes*, pela diversidade e complementaridade, sedeada numa rede urbana multipolar, de formação recente, e com evidentes influências rurais.

Tendo em consideração a diversidade que interpela a Região de Leiria, o desenvolvimento urbano aliado à prevalência de um cariz rural, problematizamos, se estes factores conduziram à necessidade de profissionais para intervir na área social, e, consequentemente, foram importantes para a criação do curso de Serviço Social na Região.

Filipe (2005) destaca a superioridade da densidade populacional da Região de Leiria, revelando um litoral mais urbanizado e populoso, com um envelhecimento inferior ao que se verifica na região centro. Nesta perspectiva, pretendemos compreender se a

⁴DIAS, Maria de Fátima da Costa Soares (2006). *Formação Académica de Assistentes Sociais * Singularidade Açoriana*. Dissertação de Mestrado, apresentada no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

⁵ DUARTE, Telma (2009). *Formação do 1º ciclo em Serviço Social após a adequação ao Processo de Bolonha em Serviço Social*. Dissertação de Mestrado apresentada ao ISMT.

⁶ Presidente da Direcção da ADLEI

criação do curso de Serviço Social foi um factor aglutinador para a concentração dos jovens na região.

Tendo em consideração estes factos, delineamos como objectivo geral da presente investigação, analisar e compreender o processo de institucionalização do curso de Serviço Social na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria.

Relativamente aos objectivos específicos, delinearam-se vários eixos de investigação, tais como:

- Analisar as principais etapas da Escola Superior de Educação do IPL, onde se vem a inserir este curso, no contexto do Ensino Superior em Portugal e do Ensino Politécnico;
- Identificar os protagonistas associados à criação desta formação e quais as potencialidades que lhes reconheciam;
- Identificar a natureza das resistências à criação deste curso e a sua fundamentação;
- Analisar o projecto de formação subjacente à licenciatura bi-etápica no que respeita à concepção de Serviço Social, estrutura curricular e corpo docente;
- Identificar os protagonistas da realização do 1º curso de Serviço Social na ESE – IPL (2002/2006) no que respeita a docentes, discentes e sua participação nos órgãos de gestão;

Para atingir estes objectivos, desenvolveu-se uma metodologia qualitativa, tendo por base, fontes escritas e fontes orais.

Recorreu-se à análise documental, a partir dos arquivos da Escola Superior de Educação de Leiria, de registos de carácter oficial, relativos ao processo subjacente à institucionalização do curso de Serviço Social na Escola, tais como:

- A primeira proposta para o curso “*Fundamentação do Curso Animação e Serviço Social*”, realizada em 2000 pelos Professores Ricardo Vieira e Américo Oliveira;
- Parecer dos Professores José Veiga Simão e António Almeida e Costa, quanto à criação do curso “Animação e Serviço Social”;
- “*Breve Justificação da Nova Estruturação Curricular Proposta para o Curso da Licenciatura em Animação e Serviço Social da Escola Superior de Educação do IPL*” (Vieira e Oliveira, 2000);
- Parecer do Professor Almeida e Costa relativamente ao documento supramencionado (2001);

- “*Proposta de Criação do Curso de Licenciatura em Serviço Social*” (Vieira e Oliveira, 2001);
- Carta anexa ao despacho do Secretário de Estado de Ensino Superior, respeitante à criação da Licenciatura Bi-etápica em Serviço Social, na Escola Superior de Educação de Leiria (2002);
- Registos das organizações de Serviço Social (APSS; RNESS; grupo de doutorados em Serviço Social, 2002), posicionando-se criticamente quanto à abertura da licenciatura bi-etápica de Serviço Social.

Procedeu-se à realização de entrevistas (semi-estruturadas), a testemunhas relevantes. Entrevistou-se o Coordenador do Curso de Serviço Social (no período de 2002/2003 a 2005/2006), Doutor Ricardo Vieira, no dia 15 de Julho de 2009, no Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s) (CIID) do IPL⁷.

Compreender os fundamentos e processos que levaram à proposta da criação deste curso, a forma como o Serviço Social foi perspectivado, planeado e concebido numa escola cuja matriz inicial estava ligada à formação de professores, o desenhar e o enquadramento da estrutura bi-etápica do curso, concepções, perfis e saídas profissionais, o motivo do recurso ao parecer⁸ dos Professores José Veiga Simão e António Almeida e Costa, quanto à pertinência desta licenciatura, assim como, a razão pela qual não foi solicitado o parecer de especialistas na área do Serviço Social, constituíram algumas das questões que nortearam a entrevista.

De igual modo, entrevistou-se o Professor de Serviço Social, Cristóvão Margarido, em 24 de Julho de 2009, no CIID. Perceber como se pautou o ingresso do professor na ESEL, o seu posicionamento relativo à formação desenvolvida, as disciplinas que ministrou no curso e a concepção de Serviço Social subjacente a esta formação, foram as principais questões orientadoras da entrevista.

As duas entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas.

Com o objectivo de compreendermos o enquadramento conceptual perspectivado para o Serviço Social na ESEL, foi analisado o plano curricular do 1º curso da licenciatura bi-etápica em Serviço Social e procedeu-se à identificação do respectivo corpo docente, correlacionando a sua formação com as disciplinas que leccionaram.

⁷ O CIID é um centro investigação do IPL, cujo coordenador científico é o professor Ricardo Vieira. O professor Cristóvão Margarido é membro efectivo deste centro.

⁸ Documento aferido na pesquisa documental. A apresentação desta análise será referida no capítulo 3 desta investigação, no ponto 3.3 “O Processo Instituinte da Formação em Serviço Social”.

Recorreu-se ainda a informações disponibilizadas pelos Serviços Académicos da Escola, com o objectivo de *identificar* os alunos que ingressaram no curso, procurando perceber a sua proveniência geográfica, bem como identificar os membros, ao nível do corpo docente e discente, que participavam nos órgãos de gestão da escola onde o curso é ministrado.

Assim, estruturou-se o trabalho em 3 capítulos. No primeiro capítulo, procuraremos perceber as relações entre o Ensino Superior Público e Privado, fazendo uma breve análise retrospectiva do período republicano, perpassando pelo regime ditatorial e regime democrático, com vista a contextualizar a institucionalização do Ensino Superior Politécnico.

No segundo capítulo, especificaremos as transformações na formação em Serviço Social, contextualizando todo o processo que conduziu à sua legitimação e reconhecimento profissional. Tendo em consideração que a sociedade portuguesa viveu um regime ditatorial, procuraremos evidenciar a forma como este facto marcou a trajectória do Serviço Social Português, conduzindo a um desenvolvimento tardio do seu reconhecimento académico e profissional.

As primeiras escolas de Serviço Social (Lisboa, 1935; Coimbra, 1937 e Porto, 1956) surgem próximas das estruturas da Igreja Católica. São escolas de natureza privada, cujo ensino só é considerado superior, em 1961. Abordaremos os processos que foram desencadeados com vista à integração da formação em Serviço Social na Universidade Pública (antes e depois de Abril de 1974).

Considerando que este objectivo não foi alcançado, a formação manteve-se em Instituições de Ensino Superior Privado. Dissecaremos o processo de qualificação académica, onde os Institutos Superiores de Serviço Social são reconhecidos internacionalmente ao nível da sua formação científica, o que conduziu ao reconhecimento, em 1989, do grau de licenciatura (Lisboa e Porto; 1990 Coimbra). Especificaremos as transformações na formação em Serviço Social na década de 90, onde se assistiu ao aumento de cursos de Serviço Social e à criação de mestrados em Serviço Social. No século XXI, a formação em Serviço Social estende-se ao Ensino Público Universitário e ao Ensino Público Politécnico.

O terceiro capítulo é dedicado à análise dos resultados obtidos através da pesquisa empírica, esmiuçando o processo de institucionalização do curso de Serviço Social na ESE-IPL.

Correlaciona-se a crise da procura dos cursos aliados à matriz inicial da escola – formação de professores; o reconhecimento e procura crescente da formação em Serviço Social (um curso com boa empregabilidade) e a necessidade de profissionais da área social para intervir na Região de Leiria, como factores considerados apelativos para a criação do mesmo numa Escola Superior de Educação.

Abordaremos o processo instituinte da formação em Serviço Social na ESE-IPL, a forma como o curso foi concebido e enquadrado na escola, analisando o plano curricular e corpo de docentes afectos, assim como a representatividade do curso ao nível dos órgãos de gestão da escola. Neste capítulo atenderemos, ainda, às posições críticas das organizações de Serviço Social face à criação de uma licenciatura bi-etápica.

Posteriormente, serão apresentadas as principais conclusões extraídas deste trabalho de investigação.

CAPÍTULO 1 - RELAÇÕES ENTRE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES EM PORTUGAL

Neste capítulo, começaremos por fazer uma breve trajectória do Regime Republicano, atravessando o Regime Ditatorial, sendo que incidiremos particularmente no Regime Democrático, com vista a contextualizar a institucionalização do Ensino Superior Politécnico. Procuraremos perceber as relações entre o Ensino Superior Público e Privado, assim como salientar as transformações significativas no campo do Ensino Superior em Portugal.

1.1. Breve Trajectória do Ensino Superior da República à Democracia

Magalhães (2004) considera que, apesar de não descurar o facto da primeira universidade portuguesa ter sido estabelecida em 1290 (Lisboa), o ensino superior português deve ser considerado a partir do período iniciado em 1910, com a Revolução Republicana.

“Devido principalmente ao Marquês de Pombal (1699 – 1782), o poderoso ministro de D. José I, as ideias iluministas (...) assumiram uma influência considerável nas decisões políticas transformando significativamente a relação entre o Estado e as escolas. A imposição desta influência por parte de Pombal foi feita, em grande parte, contra a Companhia de Jesus, que, à época, detinha praticamente o monopólio do ensino em Portugal. Um édito real de 28 de Junho de 1759 pôs fim a cerca de duzentos anos de actividade pedagógica por parte dos Jesuítas (...)e, pela primeira vez, na história da educação portuguesa, foi criada uma entidade estatal para governar a estrutura e os processos escolares, o Director-Geral dos Estudos(...)”(Magalhães, 2004:224,225).

Magalhães (2004) relata que foi criado um corpo de docentes, sendo recrutado e pago por dinheiro público, o que não acontecia até à data. Foi instituído um sistema de educação primária e secundária com *curricula* nacionais, e um sistema de exames para articular os diferentes níveis de escolarização.

As reformas pombalinas reflectiram-se, também, no ensino superior, sendo que em 1770, através da Carta de Lei de 23 de Dezembro, o Ministro criou a Junta de Providência Literária, que influenciou a reestruturação dos estatutos da Universidade. Novas faculdades foram criadas na Universidade de Coimbra.

Tendo em consideração a importância fundamental das reformas pombalinas, Magalhães (2004) refere que o contexto da época não permitiu atingir a dinâmica pretendida.

“Devido ao persistente clima revolucionário e de instabilidade criado na sequência de 1820, a Universidade de Coimbra mal pôde assumir as rotinas institucionais (...) A

instabilidade política e social causada pelo conflito entre absolutistas e liberais é também um importante factor para se compreender a frágil implementação do discurso de modernização em Portugal” (Magalhães, 2004:230).

O autor supra mencionado relata que, até 1911, a Universidade de Coimbra era a única universidade portuguesa. Em 1910, este monopólio foi interrompido pela Revolução Republicana. Os republicanos consideravam que a Universidade de Coimbra reflectia o conservadorismo político, aliado ao poder da Igreja Católica e ao Absolutismo. Em 1911 foram criadas as Universidades de Lisboa e do Porto.

“O projecto republicano foi claramente traduzido (...) na definição da missão das universidades como sendo nacionais(...)nas Bases da Nova Constituição Universitária, de 19 de Abril de 1911, as universidades foram definidas (...)como «estabelecimentos de ensino público de carácter nacional, colocadas sob a dependência e inspecção do Ministério do Interior(...)»⁹(Magalhães, 2004:236).

Porém, apesar da retórica de discurso democrático, o ensino superior não possuía ainda bases para promover a igualdade de oportunidades e a mobilidade social.

“A República não foi capaz de transpor o fosso entre a retórica da modernização e o contexto português¹⁰. Mais, a actividade política formal entre 1910 e 1926 foi (...) caótica, tendo-se tornado os golpes e contra golpes quase uma rotina. Esta instabilidade reflectiu-se evidentemente nas políticas educativas, por exemplo, o Ministério da Instrução Pública foi recriado entre 1913 e até 1926 houve nada mais, nada menos do que 40 ministros (...).”(Magalhães, 2004: 240).

Magalhães (2004) considera que o regime republicano lançou efectivamente as bases do sistema de ensino superior em Portugal, introduzindo nas suas reformas definições e linhas gerais para o funcionamento do ensino superior: *“as universidades são estabelecimentos públicos, de âmbito nacional, funcionando sob o controlo e a inspecção do Ministério da tutela, gozando de autonomia científica, pedagógica e administrativa “* (Bases da Nova Constituição Universitária, de 19 de Abril de 1911, Portugal, 1989 *cit. in* Magalhães, 2004:242).

No período compreendido entre 1926 e 1974, Portugal foi regido sob um sistema ditatorial, que marcou profundamente o ensino superior. Salazar, como figura central desse regime, desenvolveu a matriz ideológica do designado Estado Novo, com correlação ao sector tradicional da sociedade e à Igreja Católica, rejeitando a luta de classes, incorporando a defesa da apregoada ideologia: *“Deus, Pátria, Família”*.

“(...)no que diz respeito ao papel da educação, Salazar era funcionalmente moderno, dado que, à maneira da modernidade, ela era concebida como um instrumento

⁹ Bases da Nova Constituição Universitária, de 19 de Abril de 1911 *in* Portugal, 1989:107.

¹⁰ Caracterizado a nível económico, com a centralidade do sector agrícola, e a nível cultural, pela hegemonia da Igreja Católica.

fundamental para a construção nacional, mas no que diz respeito à missão educacional era contra-moderno. O regime usava o aparelho educativo como todos os Estados modernos o fizeram no sentido de cumprirem a sua função de regulação(...) projecto é contra-moderno não só porque rejeita o industrialismo, a democracia pluralista e a cultura cosmopolita (...)mas também porque perseguia um modelo social baseado nas virtudes morais das sociedades pré-modernas e da organização familiar do trabalho.”(Magalhães, 2004: 248).

A educação era vista como uma forma de manutenção da ordem instituída, regida pelo Catolicismo e Nacionalismo.

“As universidades estavam organizadas para produzir elites e fornecer líderes e a respectiva legitimação para uma estruturação social deste tipo. (...) O Estado Novo nunca assumiu a educação de massas como um objectivo político (...) o analfabetismo continuou a ser uma praga nacional” (Magalhães, 2004: 251).

Face ao exposto, começaram a surgir movimentos contrários ao regime instituído, a par com expulsões de professores das universidades, como processo de censura política. As organizações estudantis foram proibidas.

Magalhães (2004) considera que a partir dos anos 50 o sistema universitário pôde crescer: *“usufruindo da expansão económica do país e como resposta à crescente pressão da procura por parte das famílias deste tipo de ensino.”(idem: 251).*

Corroborando com a ideia apresentada, Seixas (2003) relata que as transformações ocorridas no ensino superior em Portugal estiveram relacionadas com as que se verificaram no campo económico e social, sendo estas notórias, a partir da década de 50.

O processo de industrialização despoletou o crescimento económico, conduzindo a um aumento na procura da educação, segundo Seixas (2003), causado pelas próprias transformações que desencadeiam na estrutura social e nos respectivos agregados familiares, reflectindo-se numa melhoria das condições de vida, o que, por sua vez, influencia as próprias aspirações dos jovens.

No segundo período do pós-guerra, surge um movimento de desenvolvimento tecnológico e produtivo a par de um novo projecto de renovação social. O Estado é concebido como instituição fundamental para a sua concretização (*“Estado do Bem-Estar Social”*) e a educação constitui um espaço muito importante para a sua realização. Apela-se à democratização do ensino, tendo por base a linha de pensamento *“(…)o direito de todos a uma formação segundo as suas aptidões e preferências e, por outro, a necessidade de uma mão-de-obra qualificada como condição essencial para o desenvolvimento económico.” (Ferreira, 2006:109).*

Magalhães (2004), corroborando com a ideia apresentada, refere que no período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial, as exigências ao sistema educativo português começaram a mudar, tendo em conta o próprio contexto político e económico e a influência das organizações internacionais, tais como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico).

“Foi neste quadro que o ministro Leite Pinto sugeriu à organização (na altura OCEE – Organização para a Cooperação Económica – a organização só assumiu a actual designação OCDE em 1961) que Portugal participasse num estudo sobre os diversos sistemas educativos, do qual resultou o Projecto Regional do Mediterrâneo (1963). Este Projecto integrava um estudo estatístico das necessidades da estrutura económica e da capacidade do sistema educativo para lhe responder, o que acabou por conduzir a uma nova ênfase das políticas educativas em Portugal: a adopção da teoria do capital humano como orientação-chave para o desenvolvimento económico”(Magalhães, 2004:257).

Seixas (2003) complementa a ideia, salientando o papel das organizações internacionais, directamente empenhadas no desenvolvimento e implementação de políticas do domínio da Educação e da Cultura, como o caso do Banco Mundial, a Unesco e a OCDE.

“Ao produzirem documentos de orientação para a elaboração de políticas educativas para o ensino superior(...) estas organizações configuram modalidades legítimas de definição dos problemas e soluções, contribuindo para a definição de um modelo de ensino superior transnacional de mercado” (Seixas, 2003:30).

No início da década de 60, o Banco Mundial começou a intervir no financiamento da educação.

“Ao acrescentar ao papel de financiador a função de conselheiro ou perito, principalmente a partir da década de 70, esta organização tem vindo a exercer uma influência cada vez maior na formulação das políticas educativas nacionais nos países que financia” (Seixas, 2003: 32).

Na perspectiva de Seixas (2003) e Magalhães (2004), a crescente expansão do ensino superior nos anos sessenta, não era sinal de uma *universidade de massas*, mas da progressiva incorporação das mulheres provenientes de classes elitistas no sistema de ensino.

Apesar de ser notável o aumento de estudantes oriundos de estratos sociais mais baixos, constata-se a manutenção de fortes desigualdades sociais de acesso a diferentes cursos, instituições e subsistemas de ensino superior.

Seixas (2003) considera que a diversificação institucional do ensino superior, constitui uma preocupação dominante até meados dos anos 70, interligada com a questão

da gestão das IES: *“esta preocupação insere-se nas temáticas dominantes durante este período relativo às questões sociais e da igualdade de oportunidades, assentes na teoria do capital humano e numa ideologia meritocrática”* (idem: 31).

Magalhães (2004) relata que, desde o início da década de 70, *“com o início da guerra colonial, as universidades tornaram-se num palco de significativas lutas políticas de resistência contra a ditadura”* (idem:262).

Em 1968 Marcelo Caetano substituiu Salazar, e em 1974 assistimos à revolução democrática: *“esta é uma fase em que a relação entre o Estado e as instituições de ensino superior conheceu algumas transformações (...) para citar a mais importante, a Reforma de 1973 desenhada por Veiga Simão”* (Magalhães, 2004:255).

No campo da educação, o governo percebeu que a situação não era sustentável. Como forma de levar a cabo a tarefa de modernização do sistema educativo, Marcelo Caetano convidou José Veiga Simão¹¹ (professor da Universidade de Coimbra), que foi ministro da Educação Nacional de 1970 à Revolução de 25 de Abril de 1974.

“Veiga Simão iniciou, as suas próprias palavras, a «batalha da educação», e levou até ao limite das contradições entre as características contra-modernas do regime e as exigências ditadas pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa, e fê-lo enquadrando a sua acção política, como Grácio (1985) sublinhou, em torno da necessidade de ligar o planeamento económico com a educação e da necessidade de ampliar a preparação escolar dos líderes e dos quadros”(Magalhães, 2004:263).

Na perspectiva de Magalhães (2004), as contradições com que Veiga Simão se deparou, na Reforma Educativa de 1973, têm de ser contextualizadas no contexto da ditadura, onde se aspirava a *democratização da educação*.

Segundo Magalhães (2004), a Lei n.º5/73 definiu os objectivos para a implementação da reforma do ensino superior.

“Este deveria ser constituído por uma rede de universidades, institutos politécnicos, escolas normais superiores e outras instituições similares, sendo as metas a perseguir o desenvolvimento do espírito científico, crítico e criativo e fornecer preparação cultural, científica e técnica que preparasse os jovens para entrar na vida profissional; a promoção dos indivíduos como um todo, encorajando o estudo das áreas de conhecimento diferentes daquelas cobertas apenas pelo curso escolhido no sentido de ampliar o seu horizonte cultural; conseguir uma melhor integração na sociedade; promover um desejo permanente de formação cultural e profissional fornecendo formas adequadas de educação ao longo da vida; desenvolver hábitos de investigação no sentido de desenvolver a ciência e de criar cultura; estimular o interesse pelos problemas nacionais e regionais, e contribuir para o entendimento entre as nações (Bases III).” (Magalhães, 2004:265, 266).

¹¹ *“Vários anos após a Revolução de 1974, tornou-se membro do Partido Socialista (...) nos anos de 1990, foi ministro da Defesa”* (Magalhães, 2004:263).

Nesta sequência são criadas novas universidades e politécnicos. As linhas de pensamento e acção apostavam na diversificação regional e institucional, como forma de promover a igualdade de oportunidades e democratização do ensino.

Como relata Magalhães (2004), Veiga Simão, no seu discurso baseado na promoção da modernização e da educação integral dos indivíduos, defendia que o sistema de ensino superior que pretendia instalar, não tinha como objectivo *“aprofundar fossos entre as escolas, mas, antes, promover a transição entre cursos de curta e de longa duração.”* (Simão, 1974:143 cit. in Magalhães, 2004: 266,267).

No período revolucionário, compreendido entre 1974 e 1976, *“as políticas para educação ecoaram (...) a procura fervente da instauração de um sistema igualitário, interpretado simultaneamente como condição e instrumento essencial para o objectivo da emancipação social e económica”* (Magalhães, 2004:273).

Na perspectiva do autor supra mencionado, o objectivo político da transformação do sistema educativo, foi principalmente ideológico, visto se sentirem ainda as marcas do regime ditatorial anterior.

1.2 O Ensino Público Politécnico no Contexto do Ensino Superior

Na década de 70 são criadas as bases legais do ensino superior politécnico em Portugal. Este subsistema de ensino procura incutir uma via profissionalizante nos cursos ministrados (face à necessidade de técnicos especializados para responder às necessidades do sistema produtivo), e aposta na diversificação geográfica e institucional, com o objectivo de facilitar o acesso ao ensino aos estudantes das várias zonas do país.

Como relata Seixas (2003) em 1970, o Ministro da Educação, José Hermano Saraiva, envia à Câmara Corporativa a proposta de lei para a criação do ensino superior politécnico, sendo que data de 1973 a criação do ensino superior de curta duração e dos Institutos Politécnicos.

Em Outubro de 1977, é instituído o ensino de curta duração, pelo Decreto-Lei 427 – B/77, de 14 de Outubro. Em 1978 é criado o Gabinete Coordenador das Actividades do Ensino Superior de Curta Duração.

Posteriormente o Decreto-Lei 513 T/79, de 26 de Dezembro, altera a designação de ensino superior de curta duração para ensino superior politécnico, determinando ainda, segundo Seixas (2003), que estes estabelecimentos possam conferir o diploma de estudos superiores especializados, equivalentes ao grau de licenciatura.

“Institui-se um sistema binário de ensino superior. Ou seja, o ensino superior diversifica-se com a existência de dois subsistemas complementares, cada um com a sua sequência de graus e diplomas específicos. A orientação mais vocacional do ensino superior politécnico e o seu papel na formação de profissionais necessários para o desenvolvimento nacional é realçada (...)” (Seixas, 2003:93).

Magalhães (2004) referindo-se ao decreto - lei supra mencionado, que deu origem ao Ensino Superior Politécnico, considera que os objectivos políticos inerentes à publicação do mesmo, eram simultaneamente a promoção da diversificação do ensino e o *“preenchimento urgente da necessidade económica de técnicos de nível médio. Foi inicialmente concebido para responder a casos específicos de escassez de mão-de-obra em áreas tecnológicas (...) e de formação de professores – ensino pré-escolar e ensino básico”* (idem : 281).

Seixas (2003) refere que a expansão do ensino superior politécnico foi precedida da expansão do ensino universitário, com o aparecimento de novas universidades, introduzindo uma diversificação no ensino superior. Os cursos são considerados *“melhor adaptados às modificações económicas e tecnológicas”* (Seixas, 2003:78).

Por outro lado, assiste-se à desconcentração geográfica dos mesmos.

Neste sentido, sendo considerando como fundamental para o desenvolvimento do país, a diversificação regional e institucional do ensino superior resulta:

“Numa primeira fase, até meados dos anos 80, do crescimento de novas universidades (Minho, Aveiro e Évora). A partir de meados da década de 80 e durante a de 90, a abertura dos institutos superiores politécnicos públicos contribui de forma decisiva para a diversificação regional do ensino superior” (Seixas, 2003:78).

Na segunda metade década de 80, verifica-se uma verdadeira expansão dos efectivos do ensino politécnico, pela criação de novas vagas, abertura de novas escolas e de novos cursos. De acordo com a autora citada, até 1985, o ensino superior não universitário correspondia praticamente à reconversão de instituições de ensino já existentes.

Na perspectiva de Seixas (2003), a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986¹², consolida a implementação de um sistema educativo binário. *“A possibilidade do ensino politécnico conceder o grau de licenciatura e das suas escolas poderem serem integradas em universidades contribuem para a indefinição institucional do ensino politécnico.”* (idem:96).

Como relata Seixas (2003), em Abril de 1989, o Ministro da Educação, Roberto Carneiro, no I Congresso do Ensino Superior Politécnico, reafirma a importância deste tipo

¹² Lei 46/86, de 14 de Outubro.

de ensino para a modernização do País. A *Proposta Global de Reforma*, em 1988, frisava a premente necessidade de expansão do ensino superior, considerando este aspecto crucial, para uma *integração plena* de Portugal na CEE.

“Segundo este documento, até 1992 deveriam ser criadas condições para se atingir uma taxa de participação de 20% dos jovens dos 17 aos 25 anos no ensino superior, procurando-se ao mesmo tempo diminuir a desproporção entre o ensino universitário e o politécnico (...), bem como as assimetrias regionais no que respeita à relação entre o número de vagas no ensino superior e a distribuição geográfica dos jovens” (CRSE, 1988: 283 – 289, cit. in Seixas, 2003: 80).

Na perspectiva de Seixas (2003), a crescente procura social da educação surgiu aliada à necessidade de maior articulação entre o sistema de ensino e o sistema produtivo.

Na óptica da OCDE, a criação de um ciclo de curta duração no ensino superior, constituiria uma resposta transaccional de *“um ensino superior de elite para um ensino superior de massas”* (Furth, 1990; OCDE, 1973 e 1983; cit. in Seixas, 2003:84).

O ensino superior de curta duração procuraria, deste modo, responder a diversos objectivos, tais como: resposta à crescente procura social da educação; uma maior igualdade de oportunidades no acesso à educação, aliado à diversificação regional em termos da sua implementação, com um carácter mais concreto e prático, reflectido na sua formação (procurando responder à diversidade de *públicos*, e principalmente, possibilitar o acesso aos estudantes das classes mais desfavorecidas); dar resposta às necessidades crescentes de mão-de-obra qualificada, formando técnicos de nível intermédio, que fizessem face às novas necessidades da economia; bem como responder às *novas funções do ensino superior*, tais como: formação recorrente, reconversão vertical de técnicos, prestação de serviço à comunidade e contribuição para o desenvolvimento regional (Boudon, 1979; OCDE, 1973, cit. in Seixas, 2003: 84,85).

Em 1990 é legislado o estatuto dos estabelecimentos do Ensino Politécnico e estabelecida a sua autonomia funcional, segundo a Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro. De acordo com a lei mencionada, os Institutos Politécnicos são instituições que integram duas ou mais escolas superiores. Ainda de acordo com a referida lei, as escolas superiores têm as seguintes atribuições:

- a) A realização de cursos conducentes à obtenção do grau de bacharel e do diploma de estudos superiores especializados;
- b) A realização de cursos de pequena duração, credíveis com certificados ou diplomas adequados;

- c) A organização ou cooperação em actividades de extensão educativa, cultural e técnica;
- d) A realização de trabalhos de investigação e de desenvolvimento experimental.

Relativamente à concessão de graus académicos no ensino superior, as alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro), introduzem mutações significativas, sendo que o ensino universitário passa a conferir, de igual modo, o grau de bacharel, e o ensino politécnico, os graus de bacharel e licenciado, sendo extintos os cursos de estudos superiores especializados.

Tendo em consideração a Portaria n.º 413 - A/98 de 17 de Julho, Seixas (2003) refere que as licenciaturas nas escolas superiores do ensino superior politécnico são tendencialmente bi-etápicas (com algumas excepções nos cursos de educação de infância e de professores de ensino básico).

De acordo com o n.º 4, do art. 11, da Lei n.º 49/2005 (segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo), o ensino politécnico é definido como:

“O ensino politécnico, orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.”

O ensino politécnico assume importância crucial nas políticas de desenvolvimento regional, sendo a investigação e o desenvolvimento consignados nos objectivos principais das escolas superiores inseridas nos institutos politécnicos.

“O argumento tecnocrático, assente na possibilidade e na necessidade e possibilidade de adequar o sistema de educação/formação às necessidades da economia aparece como a principal justificação do projecto do ensino superior curto ou politécnico em Portugal. Este irá permitir uma diversificação do ensino superior e satisfazer necessidades prementes em vários sectores socio-económicos”.(Seixas, 2003:86).

Simão, Santos e Costa (2005) defendem que Portugal é uma Região de Conhecimento constituída por ‘Zonas de Conhecimento Heterogéneas’.

“A filosofia é a de aumentar sinergias, eliminar desperdícios, procurar alianças críticas para dar dimensão à inovação, participar no desenvolvimento sustentado, dinamizar e maximizar a produtividade e competitividade, assumir uma dimensão com peso mínimo em ligações europeias e na internacionalização [...] no domínio do conhecimento no âmbito do espaço europeu, o comportamento das instituições e das empresas deve procurar alianças de âmbitos complementares: a nível nacional, para atingir dimensões com voz europeia em áreas estratégicas; e a nível regional, para que de áreas geográficas possam emergir ‘plataformas de conhecimento’”(idem: 59).

Seixas (2003) refere que, apesar de variados estudos concluíam acerca do êxito, credibilização e afirmação dos sectores de ensino superior politécnico¹³, no contexto português, a especificidade desta tipologia de ensino continua a ser questionada: *“Fraústo da Silva (1991), numa perspectiva pessimista, considera que o projecto inicial do ensino superior politécnico delineado no tempo de Veiga Simão se desvirtuou completamente”* (Seixas, 2003:102).

Na perspectiva de Seixas (2003), a dificuldade de afirmação e efectiva consolidação do ensino superior politécnico no sentido de obter uma *identidade* específica, esteve relacionado com a conjuntura política que se seguiu ao período pós-revolucionário do 25 de Abril de 1974, acrescente da sua tardia implementação, aliada à valorização social inerente ao ensino superior universitário. A possibilidade de constituição de estruturas *híbridas* integrando os dois subsistemas de ensino superior, agravou o delinear da sua identidade específica e consequente afirmação sócio-institucional.

“A afirmação das especificidades dos dois subsistemas de ensino superior, mantendo o seu carácter diverso e complementar, implica para o Ministro¹⁴, a dignificação do ensino superior politécnico, conferindo-lhe idêntico estatuto social. É neste contexto, que, em 1997, surgem e são aprovadas, várias alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo (...)(Seixas, 2003:107).

Na perspectiva da autora mencionada, a equiparação dos diplomas de base nos dois subsistemas de ensino, juntamente com a afirmação das especificidades regionais e institucionais, e com a não afirmação específica dos dois subsistemas, convergem para a emergência de um modelo integrado de ensino superior.

1.3 Transformações no Ensino Superior a partir dos anos 80

Segundo descreve Seixas (2003), após um período de forte expansão no acesso ao ensino superior, compreendido, principalmente, no período entre 1960 e 1977/78, começam a ser criadas limitação no acesso e o seu crescimento tende a ser moderado até 1987/1988.

Entre várias razões, destaca-se a incapacidade de resposta do sistema educativo à crescente procura, e incapacidade de resposta a nível do mercado de trabalho, onde começa a ser notório o desemprego entre diplomados.

“Entre os factores conjunturais destacam-se a recessão económica internacional, a crise política interna, a diminuição do investimento e do recrutamento de mão-de-obra por parte das empresas, dadas as mudanças políticas e sociais do 25 de Abril de 1974, e o

¹³ Documento OCDE (1991).

¹⁴ Referindo-se a Marçal Grilo, Ministro da Educação do XIII Governo.

aumento da mão-de-obra altamente qualificada (...). A necessidade de preservar a qualidade de ensino e de planejar o desenvolvimento do ensino superior de acordo com as necessidades do País, aparecem como a principal justificação de medidas de política educativa conducentes à limitação do acesso ao ensino superior, bem como à sua diversificação”. (Seixas, 2003:73).

Assim, são implementadas um conjunto de medidas para controlar o afluxo ao ensino superior, principalmente ao nível do ensino superior universitário, entre as quais passo a citar: a introdução do *numerus clausus* (1977); o Ano Propedêutico do ensino superior (1977), que em 1980 viria a dar origem ao 12º ano; a reforma da estrutura do ensino secundário com o ensino técnico-profissional e profissional e a criação do ensino superior politécnico, “*se consideramos essencialmente a tentativa de desviar a procura do ensino superior universitário*” (Seixas, 2003:74).

“A partir dos anos 80, a recessão económica eleva a preocupação dominante às considerações económicas, ou seja, a repartição dos recursos destinados à educação e à redefinição das finalidades e funções dos estabelecimentos de ensino superior, tendo em consideração as suas implicações na estrutura e no desenvolvimento económico”(Seixas, 2003: 31).

Consequentemente, são alvo de reflexão pela OCDE a definição de novas políticas para o ensino superior, as novas formas de ensino superior, assim como as relações entre ensino superior e emprego.

“A ênfase na qualificação profissional, tendo subjacente as ideias de um mercado único europeu e o aumento da capacidade competitiva da economia europeia, num mundo cada vez mais globalizado, expressa bem os princípios ou a lógica dominante nos discursos educativos da União Europeia (...)”(Seixas, 2003:33).

Santos (2004), no seu trabalho subjacente à temática da Universidade no Século XXI, enfatiza as transformações que ocorreram no Ensino Superior, relacionando-as com o impacto que as mesmas tiveram para a Universidade Pública.

Na perspectiva do autor, a *Universidade* está a ser trespassada por várias crises, de origem multifacetada, às quais urge perspectivar uma reforma emancipatória para as mesmas.

Santos (2004) realça a *crise da universidade tradicional*, correlacionando as contradições entre as suas funções tradicionais e as *novas*, atribuídas ao longo do século XX.

“De um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade se tinha vindo a ocupar desde a Idade Média europeia. Do outro lado, a produção de padrões médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão-de-obra qualificada exigida pelo sistema capitalista” (Santos, 2004:5).

O autor mencionado defende que a Universidade deixa de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, dada a sua incapacidade para desempenhar funções contraditórias, o que levou o Estado a procurar fora da Universidade meios alternativos para atingir os objectivos pretendidos.

Neste sentido, são feitas referências a mecanismos de mercados a regular o ensino superior, numa nítida contradição com o discurso que fez emergir outros *subsistemas de ensino* (fora do ensino universitário), com o objectivo de permitir a apregoada igualdade de oportunidades.

Seixas (2003) defende que:

“A ‘crise’ actual dos sistemas de ensino superior é resultado da crescente dificuldade que estes têm de responder de forma adequada e atempada às novas solicitações que o aumento e diversificação da procura e a produção científica suscitam, num contextos de constrangimentos económicos (idem: 36).

Tendo em consideração que o Estado não conseguia assegurar o direito ao ensino público, devido à crescente procura no campo da educação, Magalhães (2004) considera que: *“a expansão do ensino superior aconteceu em grande parte fundada precisamente na expansão do sector privado.” (idem: 220).*

Na perspectiva de Seixas (2003), a crise institucional está interligada à crise do Estado-Providência, onde se assiste à submissão da universidade a critérios de eficácia e produtividade, critérios estes portadores do veículo económico e mercantil.

“O Banco Mundial, num documento dedicado exclusivamente ao ensino superior, HigherEducation: lessons from experience (World Bank, 1994), apresenta um conjunto bem definido de estratégias de reforma dos sistemas de ensino superior (...)o Banco Mundial sublinha três linhas de orientações visando uma maior eficiência, qualidade e equidade no ensino superior. A primeira consiste na redefinição do papel do Estado, associada a uma maior autonomia funcional. A segunda preconiza uma maior diversificação institucional nos sistemas de ensino superior, incluindo o desenvolvimento do sector privado. Por último, são consideradas essenciais as reformas no financiamento e gestão do ensino superior, encorajando uma maior diversificação das fontes de financiamento e uma maior ligação deste com o desempenho das instituições” (idem: 36).

As orientações no Banco Mundial dirigem-se para uma redução do papel do Estado e um fortalecimento da intervenção do mercado, correlacionado com a privatização dos sistemas educativos.

Como refere Seixas (2003), o Banco Mundial apoiou o reforço da diversificação institucional:

“As instituições não universitárias e o sector privado permitem uma expansão do sistema de ensino superior menos onerosa para o Estado e mais adequada à crescente

diversificação da população estudantil e às necessidades do mercado de trabalho em mão-de-obra qualificada” (idem: 38).

Corroborando com a autora, Magalhães (2004) considera que o ensino superior sofreu transformações relativas ao significado do conhecimento produzido e do seu papel social e económico, referindo que as narrativas públicas inerentes ao ensino superior, foram substituídas por narrativas empreendedoras/empresarialistas, introduzindo-se expressões, tais como:

«recursos humanos», «qualidade», «utilidade», «relevância», «eficiência» e «eficácia» (...) assunção política do empreendedorismo/empresarialismo (...) e do mercado como o grande coordenador e regulador social no contexto da sociedade portuguesa e, em especial, do ensino superior.” (Magalhães, 2004:203,204).

Valorizando-se a perspectiva empresarial, o sector do mercador a reger o Ensino Superior constata-se que muitos cursos são extintos por os diplomados não terem resposta no mundo de trabalho, ou seja, não satisfazerem as necessidades do mercado. Um exemplo disso é a progressiva extinção de cursos na área da educação, visto serem pautados por índices de desemprego elevados (aliados a uma formação excedentária). A procura dos estudantes por estes cursos diminui, assim, drasticamente.

CAPÍTULO 2 – O ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE ENSINO SUPERIOR PRIVADO E PÚBLICO

No presente capítulo abordam-se os vários percursos e trajectórias que conduziram ao reconhecimento da formação e qualificação em Serviço Social. O desenvolvimento tardio do seu estatuto profissional e intelectual foram marcados pelo Regime Ditatorial, onde a formação está ligada à Igreja Católica. Exigindo-se esta separação, procurou-se, de igual forma, integrar a formação em Serviço Social no Ensino Público, antes e depois de Abril de 1974. Não tendo atingindo este objectivo, as escolas pioneiras da formação em Serviço Social constituíram-se como cooperativas privadas. O reconhecimento internacional da formação em Serviço Social (em Portugal) conduziu à legitimação nacional e reconhecimento da licenciatura. Porém, só na viragem do século XXI, a formação é integrado no Ensino Superior Público.

2.1 Do Ensino Superior Privado às Propostas para a sua Integração no Ensino Superior Público

Na perspectiva de Netto (2000) existem elementos constitutivos da profissão de Serviço Social, determinantes para a sua legitimação e reconhecimento profissional. O autor considera que, o reconhecimento da *demand social da profissão*, é fundamental para que a profissão seja reconhecida e requisitada socialmente.

Martins (1999) considera que a construção do Serviço Social Português, como profissão socialmente sedimentada, inserida na divisão social do trabalho, envolve os vários contextos socio-históricos em que o mesmo se desenvolveu, sendo este “*um processo complexo, polémico e contraditório, fruto dos confrontos com diversos projectos para a sociedade e o significado e função social que atribuem à profissão*” (*idem*: 45).

Na perspectiva de Martins (1999) a génese do Serviço Social Português surge no contexto dos ideais republicanos, no regime monárquico: “*O movimento republicano e a estratégia de laicização da sociedade portuguesa, alicerçados no positivismo e no cientismo levam a um novo equacionar das questões sociais (...)*” (Martins, 1999:367).

Face aos novos problemas sociais, surgem novas formas de reflectir e actuar na realidade, exigindo-se a separação entre a Igreja e a assistência. Por outro lado, existiam necessidades de formação e superação do carácter meramente intervencionista e redutor da prática profissional.

Contudo, face a um cenário de crise social, financeira e política instalada na 1ª República, não foram criadas as condições necessárias ao desenvolvimento do Serviço Social.

Martins (1999) considera que, posteriormente, o facto da sociedade portuguesa ter vivido até ao 25 de Abril de 1974 sob um regime autoritário, não ter desenvolvido efectivamente um Estado de Providência, marcou a trajectória do Serviço Social Português, verificando-se um desenvolvimento tardio no que concerne ao seu estatuto profissional e intelectual.

Nesta linha de pensamento, Monteiro (1995) considera o Estado-Novo um período que simultaneamente limita e potencia a institucionalização do Serviço Social, no que diz respeito à formação académica e à identidade que lhe é atribuída na estrutura conjuntural da sociedade portuguesa, tendo em consideração diversas facetas que marcaram o seu percurso:

“ 1) pelo reconhecimento político – legal das escolas e uniformização da formação pelo primado da doutrinação ideológica nos anos 30; 2) pela diversificação das políticas estatais e competição na atribuição de identidade ao Serviço Social no pós-guerra; 3) pela orientação política do Serviço Social e a criação da escola do Porto nos anos 50; 4) pela subalternização sócio-política das escolas privadas em contexto de modernização económica e adiamento das «preocupações sociais» nos anos 60.”(idem:45).

Como relata Negreiros (1999), o Serviço Social surge, enquanto área da formação académica, em 1935, com a criação da 1ª Escola do Instituto de Serviço Social de Lisboa (sob tutela do Patriarcado de Lisboa). Em 1937 é criada a Escola Normal Social de Coimbra ¹⁵(tutelada pela Junta de Província da Beira Litoral), e em 1956 é criado o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (sob tutela da diocese do Porto).

Na perspectiva de Monteiro (1995), o controlo da formação de assistentes sociais, com princípios e planos de estudo legalmente sancionados, configuram a institucionalização do Serviço Social como uma complexa articulação aos poderes políticos, religioso e social. Considera ainda que as características corporativistas e assistencialistas em torno da política social no Estado-Novo colocam o Serviço Social num campo ambíguo.

Contudo, como refere Martins (2002), num país em cenário de ditadura, pautado pela repressão, censura e medo, houve assistentes sociais que se posicionaram criticamente, contribuindo para aumentar o nível de consciência social, rejeitando a neutralidade da profissão, segundo as demandas do Estado e da Igreja Católica.

¹⁵ Posterior Instituto de Serviço Social de Coimbra.

Como já foi referido, a formação em Serviço Social encontrava-se próxima das estruturas da Igreja Católica, em articulação com os objectivos do Estado, o que faz com que as direcções e professores dos Institutos de Serviço Social se posicionassem activamente contra o instituído pelas estruturas vigentes.

“As tensões e os conflitos entre a direcção do Instituto de Serviço Social de Lisboa com a entidade jurídica de suporte, a Associação de Serviço Social que integra professores universitários e figuras ligadas ao regime político, encontra-se vinculada ao Patriarcado (...) associada à divulgação e influência da psicologia dinâmica, psicanálise, grupo-análise nos métodos de serviço social(finais dos anos 50 e princípio da década de 60)que não sendo aceite pela entidade jurídica de suporte, conduz à demissão da directora, a Assistente Social Maria Carlota de Magalhães Lobato Guerra e com ela sai o grupo de docentes de serviço social que lhe estava próximo(...) A directora do Instituto Superior de Serviço Social do Porto(...)e a directora do Instituto de Serviço Social de Coimbra(...)indignadas pelas congregações a que pertenciam vêm a desvincular-se da “Sociedade das Filhas Coração Maria” e das “Franciscanas Missionárias de Maria, permanecendo, no entanto, na direcção das escolas, contribuindo para um processo de afastamento da influência da Igreja(...)”(Martins, 2002:4,5).

Estas Escolas são de natureza privada, e o ensino ministrado só é considerado superior em 1961 por despacho do Ministério da Educação.

O processo de luta pela “*Integração nas Universidades*” desenvolve-se ao longo de 10 anos (de 1974 a 1984), sem o objectivo pretendido ser alcançado.

Monteiro (1996) refere que:

“A questão do estudo académico e profissional do Serviço Social acompanhará o percurso da formação, assumindo contornos diversos mas periodicamente retomada na ambivalência entre católico/laico, privado/público ou bacharelato/licenciatura até ao final dos anos 80, com o reconhecimento formal do nível da licenciatura para uma formação exclusivamente da responsabilidade das escolas privadas”(idem:61).

2.2 O Processo de Qualificação Académica em Serviço Social e a Integração desta Formação no Ensino Universitário

Tendo em consideração que a integração da formação do Ensino Público não foi alcançada, as escolas privadas assumem-se como Instituições de Ensino Superior Privado.

“Em Janeiro de 1985, o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa altera esta estratégia abandonando o objectivo de “Integração nas Universidades Públicas”, e decide assumir-se como Instituição de Ensino Superior Privado vindo a constituir-se como Cooperativa de Ensino Superior em Abril de 1986. O Instituto do Porto desenvolve um processo semelhante e vai constituir-se como Cooperativa de Ensino Superior em Julho do mesmo ano (...) assumem-se como instituições autónomas de natureza não lucrativa, ficando formalmente desvinculadas das antigas estruturas de suporte jurídico-legal (ligadas à Igreja Católica).(...)”(Negreiros, 1999:15).

Devido ao facto de as Universidades serem as únicas instituições que conferiam um grau académico, os cursos leccionados nos três institutos não conferiam qualquer grau académico, apenas um diploma profissional. Consequentemente, o estatuto dos Assistentes Sociais estava condicionado no mercado de trabalho. Ao nível da função pública, só podiam aceder à carreira técnica com funções de natureza técnica, cujo acesso pressupunha a habilitação académica de bacharelato.¹⁶

Em Agosto de 1985, os Institutos de Serviço Social de Lisboa e Porto fazem um requerimento junto do Ministério da Educação para poderem atribuir o Grau de Licenciatura, a par com a alteração do plano de Estudos de 4 para 5 anos.

Em Abril de 1987, o parecer da “Comissão de Especialistas”¹⁷ propõe a atribuição do grau de bacharelato aos cursos de Serviço Social, pretendendo situar a formação ao nível do Ensino Politécnico. No entanto, este parecer foi contestado pelos dois Institutos.

Paralelamente, o Instituto de Serviço Social de Lisboa propõe o estabelecimento de um Protocolo de Intercâmbio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). O protocolo foi assinado em 1986, e em 1987 é leccionado o 1º Mestrado em Serviço Social no ISSSL.

O reconhecimento internacional da formação científica evidenciou a contradição com o seu não reconhecimento a nível nacional.

Consequentemente, desenvolve-se uma forte mobilização do meio académico e do corpo profissional para sensibilização da opinião pública face a esta questão (incluindo plenários nacionais, manifestações, contactos com individualidades e organismos profissionais internacionais).

Os Institutos de Serviço Social de Lisboa e Porto submetem os Planos de Estudos a diversas Universidades Internacionais que, inequivocamente, quanto à qualificação científica apresentada, consideram que deveria ser atribuído o *grau de nível mais elevado do ensino superior* (cit. in. Negreiros, 1999:23).

Na sequência de uma estratégia de natureza política, no dia 27 de Julho de 1989, numa audiência da Comissão Nacional de Luta com o Director Geral do Ensino Superior, foi finalmente, comunicada a decisão de atribuir o grau de licenciatura aos Planos de Estudo de 5 anos apresentados pelos Institutos de Lisboa e Porto.

¹⁶ O acesso à carreira técnica superior e lugares de chefia fica vedado aos Assistentes Sociais, pois os cursos, sendo considerados superiores, não conferiam o grau académico.

¹⁷ Que não possuía nenhum Assistente Social na respectiva Comissão.

“Pelas Portarias nº 793 de 8 de Setembro e nº 797 de 9 de Setembro de 1989 foi reconhecida aos Institutos de Lisboa e Porto a faculdade de atribuírem o grau de licenciatura aos Cursos de Serviço Social neles ministrados (...) O ISSS de Coimbra que se tinha desvinculado do processo e cuja Direcção tinha optado pelo ensino politécnico/bacharelato, após a publicação das portarias dos ISSS de Lisboa e Porto, muda de rumo e solicita também o reconhecimento da Licenciatura, vindo a ser-lhe reconhecida em 1990 pela Portaria nº 15/90 de 9 de Janeiro.” (Negreiros, 1999:24).

Desta forma, a formação académica de Serviço Social sofre um impulso significativo em termos de legitimação e reconhecimento profissional, passando a situar-se ao nível do Ensino Universitário (Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei nº46/86 de 14 de Outubro).¹⁸

2.3 A Inserção da Formação em Serviço Social no Ensino Superior Público

Tomé (2007) considera crucial para a formação em Serviço Social a questão da integração universitária com o efectivo reconhecimento da licenciatura, integrando a investigação na formação. Na sua perspectiva, foi algo essencial, a luta dos anos 80 (pela licenciatura), concretizada em 1989, bem como a reclassificação da carreira dos Assistentes Sociais. Na década de 90 assiste-se à reestruturação curricular (a licenciatura em Serviço Social passa de 4 para 5 anos). Por outro lado, assiste-se à criação dos mestrados em Serviço Social em Lisboa e no Porto, e à proliferação dos cursos.

Conforme relata Tomé (2007), de 3 escolas privadas de Serviço Social que existiam em 1990, assistimos à passagem para 22, de natureza pública e privada, politécnica e universitária, generalista e especializada.

Até à década de 90, o curso de Serviço Social estava concentrado nas regiões urbanas do litoral: Lisboa, Porto e Coimbra. A oferta foi alargada ao Alentejo e Algarve, com a criação do Instituto Superior de Serviço Social de Beja. O ensino público expandiu o curso às Regiões Autónomas; às regiões do interior centro (Portalegre, Castelo Branco), ao norte: Lamego e Mirando do Douro, reforçando também a zona litoral de Leiria, Coimbra e Lisboa. Ao nível do ensino concordatário o curso estendeu-se a Braga e Viseu.

Ao nível do Ensino Superior Privado Universitário, o curso encontra-se inserido, presentemente, nos seguintes IES: Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa/Universidade Lusíada (ISSSL/UL), Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), Universidade Fernando Pessoa (UFP), Universidade

¹⁸ Ao nível na carreira da função pública, os assistentes sociais são inseridos na carreira técnica superior de Serviço Social, e foram reconhecidos os cursos de Serviço Social ministrados de 1935 a 1989 os efeitos correspondentes ao grau de licenciatura (após verificação dos requisitos).

Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), e na Universidade Católica¹⁹: Faculdade de Ciências Humanas (UC - FCH), Faculdade de Ciências Sociais (UC - FCS) e Centro Regional das Beiras (UC – CRB)²⁰.

Ao nível do Ensino Superior Privado Politécnico, o curso de Serviço Social é leccionado no Instituto Superior de Ciências Empresarias e do Turismo (ISCET) e no Instituto Superior Politécnico de Gaya – Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário (IPG - ESDSC).

No que concerne ao Ensino Superior Público Universitário, o curso de Serviço Social é leccionado nas seguintes IES: Universidade dos Açores (UA); Universidade de Coimbra – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCE), Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e na Universidade da Madeira (UM).

Relativamente ao Ensino Superior Público Politécnico o curso de Serviço Social é ministrado nas seguintes IES: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (ESECS – IPL), Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja (ESE – IPB), Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco (ESE – IPCB), Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre (ESE – IPP) e Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Lamego) do Instituto Politécnico de Viseu (ESTG – IPV).

¹⁹ Criada sob a égide da Concordata.

²⁰ O Instituto Superior Bissaya Barreto e o Instituto Superior de Serviço Social de Beja desactivaram a licenciatura em Serviço Social.

CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO POLITÉCNICO

No presente capítulo, analisa-se a criação do Instituto Politécnico de Leiria, esmiuçando particularmente a trajectória da Escola Superior de Educação²¹.

Reflectimos sobre as dificuldades que a ESE-IPL estava a passar, no que diz respeito aos cursos associados à sua matriz inicial – formação de professores, conduzindo à necessidade de apostar noutros cursos, com maior procura no mercado de trabalho.

O curso de Serviço Social tinha um índice de empregabilidade elevado (Martins e Tomé, 2008) e havia necessidade de mais profissionais para intervir no desenvolvimento das políticas sociais e dos serviços sociais na Região onde a escola se insere. Estes factos não foram alheios à criação do curso da ESE-IPL.

O processo instituinte da formação em Serviço Social na ESEL, a forma como esta formação foi concebida e enquadrada na escola e as reacções críticas das organizações de Serviço Social, face à criação desta licenciatura bi-etápica, são outros dos pontos analisados.

3.1 Da Criação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria ao Reequacionamento dos Cursos associados à sua Matriz Inicial

O Instituto Politécnico de Leiria²² foi criado em 1980, sendo reconhecido oficialmente em 1987 e integra 5 Escolas de Ensino Superior.

O Instituto Politécnico de Leiria integra as seguintes Escolas de Ensino Superior: Escola Superior de Educação (ESE), Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG), Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha (ESAD), Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche (ESTM) e Escola Superior de Saúde (ESS), antiga Escola Superior de Enfermagem.

A Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Leiria é o mais antigo estabelecimento do Ensino Superior do distrito. Criada formalmente em 1979, iniciou as suas actividades lectivas em 1985 como escola autónoma. Em Abril de 1987 foi integrada no IPL.

²¹ Actualmente Escola Superior de Educação e Ciências Sociais.

²² Referência ao art. 1º, Lei nº 54/90 de 5 de Setembro que reconhece o estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior.

Numa análise retrospectiva, verifica-se que a ESEL começou a ministrar as seguintes formações iniciais: Educação de Infância (Portaria n.º 528/86, 17/09), Professores 1º Ciclo do Ensino Básico (Portaria n.º 528/86, 17/09), P.E.B. – Variante Educação Física (Portaria n.º 528/86, 17/09), P.E.B. – Variante Ed. Visual e Tecnológica (Portaria n.º 528/86, 17/09), P.E.B – Variante Português e Francês (Portaria n.º 528/86, 17/09); P.E.B. – Variante Ed. Musical (Portaria n.º 596/87, 09/07); P.E.B. – Variante de Matemática e Ciências da Natureza (Portaria n.º 361/88, 03/06). Em 1995, P.E.B. – Variante de Português e Inglês (Portaria n.º 474/95, 18/05).

Em 2000, estende a sua formação fora da sua matriz inicial com o curso de Relações Humanas e Comunicação no Trabalho²³ (Portaria n.º 466-G/00, 21/07) e Turismo (Portaria n.º 466-G/00, 21/07), e em 2001 com o curso de Comunicação Social e Educação Multimédia (Portaria n.º 692/01, 10/07).

Em 2002, é criado o curso de Serviço Social (Portaria n.º 936/02, 01/08) e em 2004, o curso de Educação Social e Desenvolvimento Comunitário²⁴ (Portaria n.º 841/04). Em 2006 é criado o curso de Tradução e Interpretação Português – Chinês (Portaria n.º 714-A/2006, 14/07 e Portaria n.º 1324/2007, 04/10). Em 2007 o curso de Animação Cultural (Despacho n.º 25545-A/2007, 04/10), Desporto e Bem-Estar (Portaria n.º 1339/2007, 10/10) e Educação Básica (Portaria n.º 1334/2007, 09/10).

Os cursos relacionados com a matriz inicial da ESEL, criados no período de 1986 a 1995, foram, progressivamente, extintos²⁵.

Procedendo-se à pesquisa documental no arquivo da Escola Superior de Educação de Leiria e complementado com as entrevistas realizadas a actores privilegiados, quer ao Coordenador do curso de Serviço Social (anos 2002 a 2006), Professor Doutor Ricardo Vieira²⁶, quer ao Professor Cristóvão Margarido²⁷, professor que mais acompanhou a 1ª

²³ Actualmente denominado: Relações Humanas e Comunicação Organizacional.

²⁴ Actualmente denominado: Educação Social.

²⁵ No ano lectivo de 1992/1993 foi extinto o curso de P.E.B – Variante Português e Francês; em 2003/2004 os cursos de P.E.B. – Variante Ed. Visual e Tecnológica e de P.E.B. – Variante Ed. Musical; em 2004/2005 foram extintos os cursos de P.E.B. – Variante de Matemática e Ciências da Natureza e de P.E.B. – Variante de Português e Inglês. Em 2007/2008 cessaram os cursos de Educação de Infância; 1º Ciclo do Ensino Básico e P.E.B. – Variante Educação Física.

²⁶ Agregado em Antropologia, pelo I.S.C.T.E. - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Março de 2006. Diploma de posgrado em “Dirección Estratégica de Universidades”. Diplomado pela Universidade Politécnica da Catalunha, Cátedra da Unesco, em 2008. Pós doutoramento em Serviço Social, com uma pesquisa intitulada: *Cabelos brancos e rugas, conhecimento e sofrimento: um estudo etnobiográfico sobre subjectividades e projecto de vida de idosos*, Lisboa: I.S.C.T.E., 2006-2008, orientado pelo Professor Doutor Juan Mozzicafredo, cf. <http://ciid.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2009/04/actualizado-abril-2009.pdf>

turma do curso, no que concerne às disciplinas específicas de Serviço Social, constatámos e analisámos contextos, concepções e percursos importantes inerentes à criação da Licenciatura Bi-etápica em Serviço Social.

3.2 A Superação da Crise da ESE e a Criação do Curso de Serviço Social

Como analisámos anteriormente, os cursos ligados à matriz inicial da ESEL sofreram uma perda gradual de alunos, o que levou à sua progressiva extinção. A escola sentiu a necessidade de reequacionar a natureza dos cursos ministrados e de apostar em novas formações, com um maior índice de empregabilidade no mercado de trabalho, e consequentemente, com uma maior procura por parte dos alunos.

Neste ponto, são apresentadas várias intervenções (Secretário de Estado do Ensino Superior, Coordenador do curso de Serviço Social, Presidente da ESEL e Presidente do IPL), que indicam como a criação do curso de Serviço Social está interligada com a estratégia de superação da crise que a ESEL se deparava.

Na carta anexa ao despacho respeitante à criação da licenciatura bi-etápica em Serviço Social na ESEL é recomendado que a matriz original das escolas superiores de educação seja repensada e se aposte na diversificação dos cursos ministrados, precisamente, por a formação de professores (matriz original destas escolas) ser excedentária e os diplomados não encontrarem resposta no mercado de trabalho.

“Considerando que a formação de professores é hoje excedentária relativamente às necessidades do sistema educativo não superior, com as consequentes dificuldades de integração dos diplomados dos cursos de formação de professores no mercado de trabalho, o que implica a necessidade de repensar as ofertas formativas das escolas superiores de educação e a definição da estratégia nacional que equacione a sua vocação, onde se deverá incluir tarefas de apoio ao desenvolvimento dos ensino básico e secundário e da educação pré-escolar(...)” (Lourtie, 2002).

Nesta investigação, procurámos compreender a que se deve o facto do curso de Serviço Social, a nível do ensino politécnico, se situar tendencialmente nas escolas superiores de educação²⁸. No discurso citado, parece-nos estar inerente uma das justificações para este facto, ou seja, a formação de professores ser excedentária e apresentar dificuldades de inserção dos diplomados no mercado de trabalho.

²⁷ Licenciado em Serviço Social, ramo de Justiça e Reinserção Social (1999) e Mestre em Toxic dependência e Patologias Psicossociais (2006-09), pelo Instituto Superior Miguel Torga; Doutorando em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa - Lisboa.

²⁸ Com excepção da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego.

Seguidamente são apresentados outros aspectos que foram tidos em consideração na aprovação do curso de Serviço Social na ESEL – IPL.

Considerando que a formação em serviço social poderá ser uma das áreas de diversificação da actividade das actuais escolas superiores de educação, embora requeira o desenvolvimento das competências específicas daquela área de formação, nomeadamente no que se refere à interacção com o tecido social;

Considerando a igual dignidade dos subsistemas universitário e politécnico e que, tal como se verifica noutras áreas de formação, não há razão para que esta formação seja considerada exclusivamente universitária e tendo, ainda em atenção o parecer dos Profs. Veiga Simão e Almeida e Costa²⁹;

Considerando a vontade do Instituto Politécnico de Leiria na criação de uma licenciatura bi-etápica em serviço social, apontando para um carência existente nesta região de profissionais habilitados com esta formação;

Decido autorizar o Instituto Politécnico de Leiria, através da sua Escola Superior de Educação, a criar a licenciatura bi-etápica em Serviço Social. (Lourtie, 2002).

A formação em Serviço Social foi, desta forma, aprovada e considerada como uma possível diversificação das actividades actuais das Escolas Superiores de Educação. O Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Lourtie, recomenda a colaboração de “*profissionais de serviço social de reconhecida competência e experiência na formação a ministrar*”.

Por outro lado, é recomendado o reequacionamento da: “*designação e o objecto da Escola Superior de Educação, tendo em conta o alargamento do seu campo de actuação que a criação desta licenciatura implica (...)*”. (Lourtie, 2002).

Relativamente ao discurso do Secretário de Estado do Ensino Superior, Ricardo Vieira³⁰ refere que sempre teve em mente o alargar dos horizontes da Escola Superior de Educação “*romper com eu diria que, essa tradição, essa herança vista como imutável, por parte de algumas pessoas*”.

Consequentemente, considera que o discurso emitido aquando da aprovação do curso de Serviço Social traduziu resultados positivos:

“O Secretário de Estado, deu-nos também mais uma carta para as mãos, porque as pessoas que já estavam há muitos anos, a pensar sobre a necessidade de reconfiguração do projecto educativo da escola, contratação de outros profissionais, que já estávamos a contratar e, também em simultâneo, o corolário da mudança do nome da escola [...] Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, que nos deu uma abertura grande, para colocar outros cursos. Portanto, o Secretário de Estado, ao chamar a atenção para o repensar do nome da escola, deu razão, deu força aqueles que já o andavam a pensar, que se reuniram, e que viram aprovado por todos os órgãos.” (Entrevista a R.V.).

²⁹ No ponto 3.3 denominado “O Processo Instituinte da Formação em Serviço Social”, é analisado o fundamento do recurso aos pareceres destes professores quanto à pertinência da criação do curso de Serviço Social.

³⁰ As observações realizadas por Ricardo Vieira são retiradas da entrevista realizada e transcrita pela autora, no dia 15 de Julho de 2009, no CIID.

Ricardo Vieira refere que a crise da formação de professores, e consequente desemprego entre diplomados, conduziu a uma progressiva consciencialização da “*necessidade de tornar a escola mais dinâmica e abri-la mais para o exterior, abri-la mais ao clima e ao projecto do instituto politécnico*”.

Analisando a proposta de criação da licenciatura em Serviço Social, encontramos a fundamentação dos Coordenadores Científicos, Professor Ricardo Vieira e Professor Américo Oliveira³¹:

“O curso fundamenta-se numa concepção de intervenção social que abarca não só a visão tecnicista do Serviço Social mas também, a da flexibilidade profissional dentro do âmbito do serviço e das políticas sociais.

No contexto da sociedade contemporânea e dos novos paradigmas sociais marcados pela globalização e mutação acelerada tem-se assistido a um aumento da procura por parte dos candidatos ao ensino superior, aos cursos na área do Serviço Social. (Vieira e Oliveira b), 2001).

Neste discurso confirma-se a hipótese, previamente delineada, de que o facto de, nos anos anterior à criação do curso, este ser muito procurado pelos candidatos ao ensino superior, com um índice de inserção positiva no mercado de trabalho, constituiu um factor apelativo para a criação do mesmo da ESEL – IPL.

Ricardo Vieira, afirmou que a criação do curso de Serviço Social na ESEL foi o ponto de partida para a criação de vários cursos de Serviço Social, que começaram a surgir no país (especialmente no ensino politécnico público, e também no ensino universitário público), considerando que existiu falta de regulamentação na sua proliferação, sendo, na sua opinião, necessária uma avaliação dos mesmos.

“E no ano seguinte, estava no terreno, a primeira licenciatura em Serviço Social, ou seja, no ano lectivo 2002/2003, que eu acompanhei durante quatro anos, como coordenador da licenciatura, tendo por detrás todo este trabalho imenso. E que depois, se calhar, infelizmente diria, de uma forma [...] mais rápida, menos argumentada, menos fundamentada, foi a semente que germinou fruto, por todo o lado. Hoje em dia, dá-se um pontapé numa pedra e aparece um curso de Serviço Social em qualquer sítio do país. [...] As outras Escolas Superiores de Educação, que já tinham projectos de desenvolvimento, também para além da educação e tinham algum trabalho comunitário, aproveitaram esta conquista da ESE de Leiria, e conseguiram. [...] hoje em dia, não só a proliferação do Serviço Social, como a proliferação de outros cursos, e aí o assunto é outro! Aí tem a ver com a avaliação séria, rigorosa de todos os cursos no país, que pessoalmente, digo, infelizmente, num período de 3 ou 4 anos, passaram de 800 cursos,

³¹ Doutor no ramo de "Estudos Portugueses", na especialidade de "Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa", com uma tese intitulada: *A criança na literatura tradicional angolana de transmissão oral, impressa em Português*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1998); Mestre em "Literatura e Cultura de Países Africanos de Expressão Portuguesa", pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1992); Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1979).

licenciaturas em Portugal, para 3000. O que efectivamente é muita parra, para tão pouca uva.” (Entrevista a R.V.).

José Manuel Silva³² (Presidente do Conselho Directivo da ESE – Leiria), num artigo de Abril de 2002, afirma claramente que com a aprovação do curso de Serviço Social (que seria iniciado no ano lectivo posterior à publicação deste artigo), *dá-se um passo* na concretização da Estratégia de Desenvolvimento da ESEL, numa perspectiva de reorientar a linha de actividade da Escola:

“como forma de evitar estrangulamentos previsíveis(...)A formação de professores, matriz inicial da actividade da ESE, é uma área onde se faz sentir de forma muito premente os efeitos da diminuição da natalidade e consequente redução do número de professores necessários para dar satisfação às exigências do sistema educativo. A não se actuar a tempo, a Escola teria inevitavelmente reduzida a sua capacidade de agir, em consequência da saturação do mercado de trabalho e inevitável diminuição da procura dos cursos(...)”(Silva, 2002:22).

José Manuel Silva refere ainda que, mantendo a sua vocacional inicial, a Escola tem de diversificar a sua oferta e captar novos alunos:

“Diversificara oferta dentro da área da formação de professores, criando ao mesmo tempo cursos e actividades em áreas novas, com o objectivo de compensar a perda previsível de candidatos na área da educação através da conquista de novos públicos (...)”(Silva, 2002:22).

Após a abertura no ano lectivo de 2002, o Presidente do Conselho Directivo da ESEL confirma o impulso significativo para a dinâmica da Escola, com a abertura do curso de Serviço Social e o progressivo desfasamento dos cursos na área da formação de professores:

“O acerto na opção de diversificar a oferta de cursos fora da área da formação de professores é confirmado pela procura (...)O novo curso de Serviço Social foi procurado por 849 candidatos(...)feitas as colocações, a diminuição drástica da procura das variantes do 2.º ciclo foi amplamente confirmada. Nenhum destes cursos logrou preencher todas as vagas disponíveis e nalguns casos o número de colocados é muito diminuto.” (Silva, 2002:22).

No que concerne ao fundamento da criação do curso em Leiria, são várias as justificações mencionadas pelo Presidente do Conselho Directivo da ESEL, pelo Presidente do IPL e pelo Coordenador do curso de Serviço Social.

O Presidente do Conselho Directivo da ESEL referiu que, em todos os cursos, a maioria dos alunos colocados é oriunda do distrito de Leiria. Como verificamos na citação anterior, o curso de Serviço Social teve um elevado índice de procura, constituindo uma “boa aposta” para a escola e para a Região onde a mesma está inserida.

³² Licenciado em História, Mestre em Ciências da Educação; Doutor em Ciências da Educação (2009).

Luciano de Almeida³³ foi reeleito Presidente do Instituto Politécnico de Leiria. No seu programa de candidatura, em Abril de 2002, salienta o facto do Instituto Politécnico de Leiria ser uma instituição aberta à sociedade, promovendo o desenvolvimento da região onde está inserido, assim como a importância de adequar a oferta de formação às necessidades e oportunidades de emprego:

“Adequámos a oferta da formação às necessidades da região e do país, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento. Aumentámos a oferta da formação, passando de 28 cursos em 1999 para 46, no presente ano lectivo. No mesmo período passámos de 5.200 para 8.750 alunos (...) O IPL deve reforçar a ligação aos agentes económicos, educativos, sociais, culturais e artísticos da região, empenhando-os na concretização dos objectivos estratégicos³⁴. (...) O IPL deve adequar a sua oferta de formação, tendo em conta, nomeadamente, as oportunidades de emprego e as necessidades dos jovens candidatos ao ensino superior (...)”(Almeida, 2002:9 - 15).

Luciano de Almeida frisa, ainda, que o desenvolvimento de uma região, e numa perspectiva mais alargada de um país, depende, fundamentalmente, de recursos humanos qualificados.

“(...)não há economia que sobreviva sem operários e quadros técnicos qualificados e altamente qualificados(...)para o desenvolvimento da região a criação de condições adequadas para a formação de operários e técnicos qualificados e altamente qualificados capazes de responder às legítimas expectativas dos jovens e às necessidades do tecido empresarial e social(...)o desenvolvimento da região de Leiria há-de depender da resposta que for capaz de dar em relação à formação de recursos humanos(...)”(Almeida, 2002:18-20).

Na proposta de criação do curso de Serviço Social na ESEL, é mencionado o facto de haver escassos Assistentes Sociais a trabalhar na Região de Leiria: *“A oferta de cursos com perfil semelhante ao proposto é escassa na Região que a Escola Superior de Educação de Leiria serve ”* (Vieira e Oliveira, 2001).

O Professor Ricardo Vieira confirma que:

“Leiria é um microcosmo de Portugal. Do ponto de vista geográfico, do ponto de vista económico, do ponto de vista paisagístico, do ponto de vista social e cultural, é um país em miniatura, ou seja, e provavelmente, por isso, para além da localização geográfica, provavelmente, por isso, o grande, estóico, o grande sucesso do Instituto Politécnico de Leiria. [...]Leiria é procurada por imigrantes. Portanto, aumenta a heterogeneidade social e cultural, o crescimento urbano de Leiria é incomensurável [...]. E, portanto, ao mesmo que o crescimento económico avança, os problemas urbanísticos aumentam, e os problemas sociais também aumentam, porque a divisão da riqueza, não é feita com igualdade e, portanto, há novos problemas que aparecem aí. Por outro lado, é uma zona, de onde saíram muitos imigrantes, na década 60, para a França, para a Alemanha, para o Brasil, etc. Uns vêm definitivamente, vieram, são novos mundos, novas problemáticas. Outros vêm regularmente. É uma zona muito heterogénea, e essa heterogeneidade, é um

³³ Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos de 26 de Fevereiro de 2004 a 19 de Dezembro de 2008.

³⁴ Plano Estratégico de Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Leiria, 2001-2006.

bocado a heterogeneidade do país. Mar, montanha, planície, litoral, interior. Isso é Leiria”. (Entrevista a R.V.).

O Coordenador do curso de Serviço Social aponta as várias diferenças da Região de Leiria, tais como, o facto de ser uma Região muito procurada (estudantes, e principalmente imigrantes), aliada ao crescimento económico desigual, como factores potenciadores de uma grande heterogeneidade social, onde se pautam também os diversos problemas sociais, e consequentemente a necessidade de profissionais para intervir na área social.

Acrescenta ainda, o fenómeno do envelhecimento demográfico, como uma problemática com necessidade de profissionais para intervir. Conclui, afirmando que Leiria é um potencial de mercado para os Assistentes Sociais.

“Depois, velhos e novos, homens e mulheres, estilos de música, diversidade gastronómica. É mesmo uma heterogeneidade representativa desse puzzle, desse mapa que é Portugal. E depois, um desenvolvimento, além do crescimento, um desenvolvimento social, mais ou menos, sustentado, que tem levado a que o envelhecimento demográfico português[...]. Esse mesmo fenómeno vê-se em Leiria. Um aumento substancial de idosos, uma inversão da pirâmide etária, que faz justamente, emergir essa problemática, do que fazer, como fazer, com a população idosa, não só em Portugal, mas também, em Leiria. Portanto, Leiria é um potencial de mercado, empregador de Assistentes Sociais do país, nas várias especialidades que possamos fazer, com várias especializações, passo a redundância, com vários estágios, etc. Claro, de uma forma mais reduzida, quer dizer, num território mais pequeno nós temos quase tudo aquilo que está no país, por inteiro. É essa a ideia que eu tenho sustentado”. (Entrevista a R.V.).

Como já foi referido anteriormente, até à década de 90, o curso de Serviço Social estava concentrado nas regiões urbanas do litoral: Lisboa, Porto e Coimbra. Tendo em consideração as demandas do processo de regionalização, a criação de Institutos Politécnicos contribui para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas.

Correlacionando este facto com a escassez da procura dos cursos de formação de professores, dificuldade de inserção dos diplomados no mercado de trabalho, aliado ainda, à inserção positiva dos Assistentes Sociais no mercado de trabalho e escassez destes profissionais na Região de Leiria, concluímos que estes foram factores importantes para a criação da licenciatura bi-etápica em Serviço Social na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria.

3.3 O Processo Instituinte da Formação em Serviço Social

No que concerne ao processo instituinte do curso de Serviço Social, abordamos os mecanismos, estratégias e percursos inerentes à criação da licenciatura na ESEL, aferidos

através da pesquisa documental no arquivo da escola e complementados com as entrevistas realizadas.

Neste ponto privilegiam-se os discursos dos protagonistas ligados à criação e implementação do curso na ESE - IPL. Analisámos, assim, a proposta inicial do curso de “Animação e Serviço Social”, o recurso aos pareceres dos Professores José Veiga Simão e António Almeida e Costa, a reestruturação curricular, concepções e perfis perspectivados para o curso de Serviço Social, e, finalmente, a aprovação da licenciatura em Serviço Social.

ANÁLISE CRONOLÓGICA DO PROCESSO INSTITUINTE E CONCEPÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL SUBJACENTE AO CURSO

No início do ano lectivo de 2000, os professores da ESEL, Ricardo Vieira e Américo Oliveira, atendendo à autonomia funcional dos Institutos Politécnicos, submeteram à apreciação do Presidente do IPL a proposta da criação da licenciatura em “Animação e Serviço Social” que, posteriormente, foi aprovada com a denominação de licenciatura bi-etápica em Serviço Social.

Analisando a denominação do curso inicialmente proposta, parece-nos que pretendia abarcar duas linhas profissionais diversas: a profissão de Assistente Social³⁵ e a profissão de Animador Sócio – Cultural.³⁶

Na entrevista realizada, Ricardo Vieira refere:

“O primeiro curso[...], eu propus, com uma equipa que depois me apoiou, mas fui eu que desenhei todo o plano de estudos, uma licenciatura em Animação e Serviço Social, era assim que se chamava, provavelmente, no ano de 99/2000. Pensei, provavelmente, do ponto de vista da profissão, alguém vai levantar problemas. Mas, do ponto de vista, das pessoas que trabalhavam na ESE, que eram das Ciências Sociais, que tinham experiência

35 Classificação Nacional das Profissões, <http://www.iefp.pt/formacao/CNP/Documents/CAP2.pdf>, sendo que o **Assistente Social** está inserido no **Grande Grupo 2-Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas**; 2.4 - Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; 2.4.4 - Especialistas das Ciências Sociais e Humanas; 2.4.4.6 - Especialistas do Trabalho Social; 2.4.4.6.05 - Assistente Social: “Colabora na resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades, provocados por causas de ordem social, física ou psicológica, através da mobilização de recursos internos e externos, utilizando o estudo, a interpretação e o diagnóstico em relações profissionais, individualizadas, de grupo ou de comunidade(...)”, pp. 103 e 104.

36 Classificação Nacional das Profissões, <http://www.iefp.pt/formacao/CNP/Documents/CAP5.pdf>, sendo que o **Animador Cultural** está inserido no **Grande Grupo 5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores**; 5.1 pessoal dos serviços directos e particulares, de protecção e Segurança; 5.1.4 - Outro Pessoal dos Serviços Directos e Particulares; 5.1.4.9 - Trabalhadores dos Serviços Directos e Particulares Não Classificados em Outra Parte; 5.1.4.9.20 – Animador Cultural. “Organiza, coordena e/ou desenvolve actividades de animação e desenvolvimento sócio-cultural de grupos e comunidades, inseridas nas estruturas e objectivos da administração local ou serviços públicos ou privados de carácter social e cultural (...)”, pp. 24 e 25.

de Animação, e algumas das quais, trabalhavam com idosos, com imigrantes, com áreas privilegiadas do Serviço Social, eu pensei que o Ministério, num momento de viragem e de convite até às escolas a reinventarem os seus projectos, fosse mais fácil dizer sim a uma área nova aparentemente híbrida. Efectivamente, o Serviço Social e o Trabalho Social são áreas híbridas, do meu ponto de vista, por inerência da sua função. Portanto, exige um profissional flexível, multidisciplinar.” (Entrevista a R.V.).

O referido professor tinha como objectivo criar um curso que formasse um profissional com competências transversais e, na sua opinião, complementares a duas áreas do tecido social, motivo justificado a par com a incapacidade das instituições criarem a sua própria equipa multidisciplinar, ou seja, de ter espaço para o trabalho de cada um dos profissionais necessários.

“O Assistente Social acaba por ser mais um gestor de recursos humanos, um gestor de recursos, um gestor de finanças, um gestor a vários níveis do que propriamente um Assistente Social, ou um Educador Social, ou um Animador. Duvido, que seja difícil nos próximos anos, Portugal criar legislação para que todas estas instituições totalizantes - para não dizer totais, como escreveu e estudou o Erving Goffman. Será difícil haver espaço para o Assistente Social, para um Animador, para um Educador, para um Gestor, etc....Daí a minha razão de que o Assistente Social tinha que ter esse perfil polivalente. [...] Entendi que, talvez esse curso Animador e Serviço Social, pudesse, ao nível de Portugal, produzir um profissional que fosse um concorrente sério, para ganhar espaços, lugares noutros sítios e aparecesse num Centro de Dia ou num Lar um Assistente Social capaz de fazer tudo, e também ser Animador. Não passou, vigorou a lógica da modernidade que é o homem certo, no lugar certo [...]. (Entrevista a R.V.).

O curso de “Animação e Serviço Social” tinha como objectivo principal:

“Preparar Assistentes Sociais e animadores sócio-culturais capazes de intervir eficazmente nas realidades do século XXI; contribuir para que as estruturas da sociedade portuguesa sejam cada vez mais justas. (...) O curso fundamenta-se numa concepção de intervenção social que ultrapassa a visão tecnicista, pelo que se exige também uma rigorosa formação teórica e investigativa e uma capacidade de adequação à intervenção em contextos gerados pela emergência de novos problemas e conflitos sociais que caracterizam a sociedade contemporânea. Por isso, a flexibilidade profissional dentro dos âmbitos da animação, política social e serviço social surgem como elementos de um paradigma societal marcado pela globalização e mudanças sociais.” (Vieira e Oliveira a), 2000).

Posteriormente, o Presidente do Instituto Politécnico de Leiria solicitou o parecer dos Professores Doutores António de Almeida e Costa e José Veiga Simão, quanto à criação desta licenciatura, e que fosse elucidado “quanto ao perfil politécnico ou universitário do curso proposto”.

Ricardo Vieira justifica a escolha destes pareceres, como fazendo parte da estratégia da escola para que o curso fosse aprovado, visto serem defensores do projecto do Ensino Politécnico.

“Foram pedidos pareceres a um dos autores do projecto do Ensino Politécnico em Portugal, o Professor Veiga Simão e o Professor Almeida e Costa, os grandes defensores

do Politécnico, aliás da continuidade do Politécnico, com os quais eu discordo, neste momento. Porque tem guetizado os públicos, não tem permitido a comunicação politécnico-universitário. Mas, sabendo, jogar o jogo, que justamente nos estavam a pôr os políticos, nós escolhemos o parecer deles, que justamente diz que o curso de Serviço Social é nessa definição, nessa caracterização, de trabalho com aplicação regional. [...] Foi um parecer absolutamente estratega[...] Isso fazia parte da nossa estratégia, fazia parte da nossa vontade de querer ganhar. Mas eu confesso, eu não ia buscar uma outra pessoa que tivesse uma outra leitura sobre a divisão entre ensino superior politécnico e universitário (...).”(Entrevista a R.V.).

Este professor, quando questionado, sobre o motivo pelo qual não recorreu a nenhum especialista da área de Serviço Social, defende novamente fazer parte da estratégia já referida, mostrando ser conhecedor de que os doutorados em Serviço Social não concordavam com a criação da licenciatura bi-etápica, considerando que estavam a levantar um *movimento de bloqueio* quanto à institucionalização da mesma:

“Nós tínhamos ligações sérias, com essas pessoas e com o próprio ISCSP, como eu falei que tinha essa tradição de construir um Serviço Social, dentro da própria Política Social e mais, na UTAD [...] onde a estratégia passou pela construção do curso de Trabalho Social.

Depois, tínhamos especialistas para além dos de Serviço Social, com quem falámos, alguns não doutorados, considerados especialistas, de acordo com a lei, tínhamos especialistas em Ciências Sociais, vários, entre os quais me encontro eu, e outros colegas. E que traziam, currículo de investigação, para sustentar a proposta.[...]

Em Portugal, especialistas sim, alguns não eram doutores, haviam muito poucos doutores. De resto, os únicos doutores que havia, estavam contra nós. E, portanto, não era com eles que iríamos ter o apoio. Numa altura em que eu sabia, que havia um movimento organizado de doutores em Serviço Social, a tentar impedir o sucesso, desta proposta.[...]

Como é que eu posso ir convidar, os poucos e escassos doutorados do país, 6 ou 7 na altura, a ajudarem-me, ou ajudarem-nos, o Conselho Científico, a construir um bom curso de Serviço Social em Portugal, se à partida, eu já tinha falado com a Presidente da APSS, que além de amiga e casada com um grande amigo, que infelizmente já partiu, estavam a levantar um movimento de bloqueio? Entrevista a R.V.).

Esta é a posição defendida pelo impulsor do curso de Serviço Social na ESE-IPL. Posteriormente, serão analisadas as fundamentações e reacções das organizações de Serviço Social, quanto à criação desta licenciatura de cariz bi-etápico.

Relativamente ao parecer solicitado aos professores Almeida e Costa e Veiga Simão, este foi enviado em Setembro de 2000 ao Presidente do IPL. Com o objectivo de o fundamentar, os Professores António Almeida e Costa, e José Veiga Simão, referem o documento da sua autoria: *“O Ensino Politécnico em Portugal”*, onde se definem os perfis

formativos do ensino politécnico e do ensino universitário, que foi acolhido pelo Governo como um referencial a seguir na formulação da política sectorial.

”A intenção profissionalizante dos objectivos do ensino politécnico é, em si mesma potenciadora do seu sentido evolutivo, se atendermos à progressiva complexidade e mutação do mercado de trabalho. (...) o ensino politécnico, em particular, para manter a sua intenção profissionalizante original deve atender a que ‘a formação profissional passou a ser uma acção contínua que deve prolongar-se por toda a vida’, (...) torna-se necessário que no traçado original da formação, seja feito um esforço de ajustamento a uma expectativa evolutiva, o que passa por um certo grau de polivalência que favoreça desenvolvimento de sentido vertical e horizontal (...) assegurando uma relação estreita com o mundo empresarial e do trabalho nos trabalhos de concepção e realização dos cursos de formação inicial;”(Costa e Simão, 2000).

Os autores deste parecer consideram que o ensino politécnico deve preservar a sua matriz cultural (ligada à formação de professores), aliado a um esforço para proceder a um ajustamento, tendo em consideração a expectativa evolutiva da sociedade, perspectivando novas *vertentes*, em correlação com as expectativas do mercado de trabalho.

No que concerne à proposta de licenciatura apresentada, consideram que o projecto *não é muito claro pois:*

“(...) encara três expectativas(...) a) Serviço Social; b) Políticas Sociais; c) Animação Sócio-Cultural. E, não definindo o perfil de competências (...) que as caracterizam, deixa supor que elas decorrem da “classificação Nacional de Profissões”, editada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Apreciando o “site” da Internet dessa instituição pública, é possível encontrar a “descrição” de duas profissões associadas às expectativas da Licenciatura (a) Animador Cultural/Animadora Cultural (...); b) Assistente Social/Assistente Social. Com excepção das “Políticas Sociais”, eventualmente encaradas como percurso evolutivo (...) é legítimo antecipar que todos os outros se pretendem enquadrar no universo de actividades que as duas “profissões classificadas”, isoladamente ou articuladas entre si poderia contemplar.” (Costa e Simão, 2000).

Neste sentido, apelam a que o Conselho Científico defina mais explicitamente os perfis formativos que serviram de referencial ao perfil formativo concebido, de forma a tornar possível percepcionar as interligações e correlações.

Porém, consideram que a criação de uma licenciatura em “Animação e Serviço Social”, enquadrada na área de conhecimento das Ciências Sociais, vem de encontro às reais necessidades do país (empresas, serviços e comunidade em geral).

Costa e Simão (2000) fazem referência à profissão de Assistente Social, e à evolução do Decreto – Lei nº296/91 de 18 de Agosto:

“(...)O acesso a essa carreira (...) é permitidos aos “técnicos de serviço social” que cumpram determinados requisitos formativos e, bem assim, a outros técnicos que ‘prossigam funções na área do serviço social em serviços ou organismos que tenham atribuições naquele domínio e ou cujos quadros prevejam área funcional do serviço social.

Esta referência, só por si, deixa antever a dimensão profissionalizante dos cursos orientados para a preparação de “assistentes sociais”(…). (Costa e Simão, 2000).

Torna-se questionável a afirmação de se atribuir ao curso de Serviço Social, a dimensão profissionalizante, por referência à evolução do Decreto – Lei nº296/91 de 18 de Agosto.

A portaria nº 370/90 de 12 de Maio refere-se aos cursos de Serviço leccionados nos Institutos de Serviço Social de Lisboa, Porto e Coimbra, cujo mérito era reconhecido ao longo dos anos, embora não conferissem grau até 1989/1990, pelo ornamento educativo da altura, não prover tal situação aos Institutos Particulares. Reconhece-se, assim, o grau de licenciado aos diplomados por estes institutos antes de 1989/1990 (com formação de 4 anos)³⁷.

A portaria nº 1144/90 de 20 de Novembro reformulou e reforçou o exposto na portaria anterior, (no sentido de cessar dúvidas referentes à equivalência da formação) e consagrou uma solução semelhante para os diplomados com os cursos de Serviço Social, nos Institutos de Educação e Serviço Social de Angola e Moçambique³⁸.

O Decreto – Lei nº296/91 de 18 de Agosto, que cria a carreira de Técnico Superior de Serviço Social e o Decreto – Lei nº 148/94 de 25 de Maio³⁹, referente à transição para a

³⁷ “A recente aprovação de um novo plano de estudos e o reconhecimento de efeitos correspondentes ao grau de licenciatura aos diplomas emitidos pela sua conclusão aconselha que se encontre uma solução justa em relação aos anteriores diplomados com aquele curso. Deste modo, justifica-se que venham a ser reconhecidos aos diplomas emitidos em conclusão do curso de serviço social, até a publicação das portarias nº 793/89 e 796/89, de 8 e 9 de Setembro, e 15/90 de 9 de Janeiro, efeitos correspondentes aos atribuídos ao grau de licenciatura, desde que salvaguardados alguns pressupostos que permitam garantir que a formação obtida pelo aproveitamento das disciplinas dos planos de estudos então vigentes é semelhante à recebida actualmente(…)”(http://profissaoassistentesocial.files.wordpress.com/2008/03/portaria-370_90.pdf).

³⁸ “(...)cuja formação se revele equivalente à obtida pelos diplomados com o curso de Serviço Social ministrados nos Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa, Porto e Coimbra(...)”. (http://profissaoassistentesocial.files.wordpress.com/2008/03/portaria-1144_90-tsss.pdf).

³⁹ A Transição para a Carreira de Técnico Superior de Serviço Social é assegurada pelo – Decreto – Lei nº148/94 de 25 de Maio (http://profissaoassistentesocial.files.wordpress.com/2008/03/dl-148_94-licenciados-ps.pdf).

“Na sequência da publicação das Portarias nºs 370/90 de 12 de Maio, e 1144/90 de 20 de Novembro veio o Decreto-Lei nº 296/91, de 16 de Agosto, “criar a carreira de técnico superior de serviço social, permitindo que para essa carreira transitassem os técnicos de serviço social titulares de diploma ou certificado reconhecido nos termos das referidas portarias. O mesmo diploma veio ainda possibilitar que outros profissionais portadores daquela habilitação transitassem para a carreira de técnico superior de serviço social por ele criada, desde que se verificassem os condicionalismos previstos nos n.ºs 2 e 3 do seu artigo 3.º. Foi, entretanto, verificada a existência de profissionais habilitados com as licenciaturas em Serviço Social e em Política Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa, os quais reúnem condições idênticas às do pessoal abrangido pelo referido Decreto-Lei nº 296/91. Impõe-se, então, por razões de elementar justiça, que seja salvaguardada a situação daqueles profissionais, permitindo-lhes igualmente a transição para a carreira de técnico superior de serviço social. É esse o objectivo visado pelo presente diploma, o qual foi, nos termos do Decreto-Lei nº 45-A/84, de 3 de

carreira de Técnico Superior de Serviço Social, contemplam as situações mencionadas anteriormente, assim como o acesso a esta carreira dos diplomados em Política Social pelo ISCSP.

Todos os cursos de Serviço Social do continente e ex-colónias (de natureza privada), e o do ISCSP (de natureza pública) são de natureza universitária, prevendo uma formação de cariz científica e não profissionalizante.

Costa e Simão (2000), defendendo a necessária dimensão profissionalizante desta licenciatura (formação em estreita ligação com a matriz prática), consideram que a licenciatura bi-etápica proposta será bem inserida no ensino politécnico.

Complementam a ideia argumentando que seria: “(...)desejável que a organização do curso incluísse o envolvimento dos formandos em situações reais de aplicação, configurando uma lógica de preparação prática e o conhecimentos dos ambientes em que a investigação a praticar deve incidir.” Consideram interessante a estruturação bi-etápica do curso: “pois ela prevê a atribuição de dois graus sucessivos, um e outro conferentes de potencialidades definidas de inserção profissional.”

Apontam, como fundamental, um esforço de ajustamento na organização curricular do curso, acentuando a sua matriz prática e prevendo um maior envolvimento dos formandos com as situações reais de intervenção futura.

O Presidente do Conselho Directivo da ESEL, em Dezembro de 2000, reencaminha para o Presidente do IPL o documento intitulado: “*Breve Justificação da Nova Estruturação Curricular Proposta para o Curso de Licenciatura em Animação e Serviço Social na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria*”, tendo por base a proposta inicialmente feita e o parecer emitido pelos Professores Doutores José Veiga Simão e Almeida e Costa.

PERFIS E SAÍDAS PROFISSIONAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

No que concerne aos perfis formativos definidos na reestruturação elaborada foram tidos em consideração os seguintes princípios:

- 1) o curso tem como objectivo de base formar assistentes sociais;

Fevereiro, antecedido de audição das organizações sindicais.”
(<http://profissaoassistentesocial.wordpress.com/carreira-funcao-publica/>).

- 2) *o assistente social pode intervir pontualmente em áreas da animação sociocultural mas não é um animador sociocultural;*
- 3) *o curso deve possibilitar o desenvolvimento horizontal dos profissionais que forma, sem que contudo estes percam a sua especificidade;*
- 4) *a formação específica para as áreas de animação, a considerar-se pertinente, deve ser objecto de estudo próprio;*
- 5) *que se pretende uma licenciatura bietápica, em que o primeiro ciclo confira o grau de bacharel e o segundo ciclo o grau de licenciatura;*
- 6) *que o primeiro ciclo forma para o exercício de uma profissão e o segundo ciclo complementa e aprofunda aquela formação;* (Vieira e Oliveira b), 2000).

Considerando a reestruturação apresentada, refere-se a aposta clara pela formação de Assistentes Sociais e o abandono de um perfil profissional híbrido, que conjugava duas profissões claramente distintas.

Tendo em consideração a análise do perfil profissional do Assistente Social, neste documento é definido como:

- 1) *um profissional que actua ao nível dos indivíduos e dos grupos sociais (mais ou menos vastos de acordo com as funções que estiver a desempenhar);*
- 2) *desenvolve um papel preventivo ou terapêutico (integrado, neste caso, habitualmente, numa equipa clínica mais vasta) daquilo a que poderíamos designar por patologias psicossociais;*
- 3) *tem como universo privilegiado o indivíduo/grupo de risco, numa perspectiva de intervenção primária (preventiva);*
- 4) *as estratégias e métodos que utiliza são ferramentas para atingir os seus objectivos e não constituem um fim em si mesmo – como acontece por exemplo com o trabalho desenvolvidos pelos animadores socioculturais que visam fundamentalmente uma função lúdica e pedagógica (...).*(Vieira e Oliveira b), 2000).

Atendendo à definição destes perfis formativos, baseados numa perspectiva preventiva/terapêutica, o Assistente Social é encarado como um profissional que procura a promoção e a capacitação dos indivíduos, grupos ou comunidades, ou seja, procura responder às necessidades dos indivíduos prevenindo ou procurando reparar comportamentos de risco, através da optimização dos recursos e serviços da comunidade.

Esta visão é redutora da concepção de Serviço Social, face ao que é desenvolvido e fundamentado nas escolas pioneiras desta formação. O Assistente Social é encarado como um profissional com um campo de actuação mais abrangente, actuando ao nível da concepção, implementação, desenvolvimento das políticas sociais e serviços sociais, com base numa postura crítica-reflexiva.

O Coordenador do Curso defendeu ter recorrido a contextos internacionais no processo de construção da concepção de Serviço Social implementada na ESEL.

“Nós olhámos a contextos internacionais do Serviço Social, essencialmente da América Latina e da Europa do Norte, no alimentar da nossa concepção de Serviço Social.

Nós não quisemos copiar, nem podíamos, em primeiro lugar. A lei não nos permitia copiar e ter uma licenciatura igual a um Instituto de Serviço Social de Lisboa, Porto ou Coimbra. Não permitia. Nós tínhamos que ser diferentes. E ao tentar ser diferente, criar. De modo que, a resposta é, os nossos modelos que estão traduzidos nessas expressões, que já são reconfigurados. Animação no sentido de dar alma, animar é dar alma, é estar com. Não é só dar bens materiais. Estar com o outro, que é um papel absolutamente, necessário e vital, num Assistente Social. (...). (Entrevista a R.V.).

O discurso parece não acompanhar a trajectória da profissão em Serviço Social. A referida concepção de Serviço Social fica aquém do desenvolvimento e reconhecimento da formação em Serviço Social.

Nesta linha de pensamento, procurámos, de igual forma, perceber se os perfis formativos perspectivados para o curso de Serviço Social, procuravam contemplar a formação de técnicos sociais ou cientistas sociais (conforme Paulo Netto (2000) e Braga da Cruz (2004).

Cruz (2004) designa por cientistas sociais (antropólogos, sociólogos, demógrafos, e outros) profissionais com *“desempenhos que pressupõem capacidade para funções de diagnósticos e concepção, não se limitando a meras actividades de intervenção”* (requerendo formação e aprendizagem científica mais ampla, de natureza universitária), enquanto os técnicos sociais (relações públicas, animação sócio – cultural) *“são profissionais com formação aplicada e desempenho mais central da intervenção social com menos actividades de análise ou de estudo de estruturas e situações sociais. Requerem por isso formação mais curta, e de natureza politécnica.”*

Na perspectiva de Cruz (2004), a profissão de Assistente Social evoluiu da formação de técnicos sociais para a formação de cientistas sociais.

Ricardo Vieira defende que, seguindo uma perspectiva próxima da lógica do ensino politécnico (profissionalizante, onde o curso foi inserido), se procurou desenvolver uma interligação entre o conhecimento da realidade, com base na investigação, com o objectivo deste conhecimento ser aplicado no terreno.

“Sempre seguiu uma perspectiva que tivesse, o mais possível próximo, da lógica do ensino politécnico, tal como é definido na lei, lei que de resto, nós aproveitámos como parte da estratégia para vencer o processo de implementação do Serviço Social em Leiria.

Nunca esquecendo a dimensão da investigação, quer dizer, conhecer para agir. Portanto, não apenas um indivíduo que age com conhecimento abstracto do conteúdo escolar, mas que age, porque é capaz de conhecer a realidade, de analisá-la, de problematizá-la, e portanto, de construir conhecimento na própria acção.[...] Portanto, esta dimensão que, à falta de melhor chamamos de híbrida, mestiça entre a intervenção e a investigação, é uma falsa questão no conhecimento epistemológico contemporâneo. A verdadeira intervenção activa, contextualizada, obriga necessariamente a conhecimento científico,

construído à priori, mas também no acto, no próprio contexto, para que a pessoa, no acto reformule, reconstrua as suas estratégias inicialmente previstas de intervenção. Intervenção social, sem investigação social, está demodé, fora de tempo, não tem futuro.” (Entrevista a R.V.).

O Coordenador do curso de Serviço Social defende a interacção entre investigação – acção como fundamental e frutífera, na medida em que se reflecte numa intervenção mais adequada e enriquecida e numa construção crítica do conhecimento.

Tendo em consideração a qualificação e especialização em Ciências Sociais do Coordenador do curso de Serviço Social, foi reforçada, no desenvolvimento desta formação, a interacção entre investigação e prática profissional, apesar de esta ser uma característica do Ensino Universitário. No Ensino Politécnico a formação pauta-se tendencialmente pela intervenção e sua aplicabilidade funcional. Deste modo, considera-se que foi procurada uma convergência híbrida entre os dois subsistemas de ensino.

Os Coordenadores Científicos procederam à alteração da estrutura curricular do curso, à clarificação das estratégias a serem seguidas, e à aposta num maior envolvimento dos formandos em situações reais de intervenção, mantendo a lógica bi-etápica, como foi sugerido no parecer.

Os objectivos da formação ministrada sofrem profundas alterações:

“O objectivo do curso é formar Assistentes Sociais, com capacidade para actuar ao nível das realidades e problemas sociais que se colocam no mundo contemporâneo, em especial na sociedade portuguesa, funcionando simultaneamente como agentes de prevenção e como agentes de intervenção na sua solução.

A estrutura curricular é bi-etápica (...) reflectindo sempre uma preocupação profissionalizante. Durante todo o primeiro ciclo são ministradas áreas científicas essenciais ao trabalho a desenvolver por estes profissionais. No segundo ciclo procura abranger-se um domínio mais vasto de intervenção, actuando já ao nível das instituições e das políticas de serviço social.

Procura-se sempre a par de uma sólida formação técnica, o aluno fique dotado de um conjunto de conhecimentos que possibilitem a compreensão dos fenómenos sociais e psicológicos que determinamos comportamentos individuais e grupais que caracterizam a especificidade de cada comunidade cultural.

Foi dada particular atenção aos momentos de observação/intervenção que se vão sucedendo ao longo de toda a estrutura curricular do curso. Estes vão permitir um contacto estreito com as realidades em que vão actuar no seu futuro, desenvolver um conjunto de atitudes de empatia para com essas mesmas realidades e pessoas nelas envolvidas e ainda proporcionar espaços de actuação prática indispensáveis à constituição de um conjunto de experiências profissionais que facilitem a sua posterior integração.

O mercado de trabalho do Assistente Social são todos os organismos e instituições de intervenção social públicas e privadas – escolas, hospitais, estabelecimentos prisionais, sistema judicial, sistema de segurança social, etc. -, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Autarquias e as empresas. (...).(Vieira e Oliveira b), 2000).

Quanto ao carácter bi-etápico da formação, Ricardo Vieira defende que esta estrutura não fazia parte do *espírito* dos impulsionadores da criação do curso de Serviço Social, sendo uma obrigação de responder à Lei de Bases e à estrutura do Ensino Politécnico.

A abertura do curso de Serviço Social, inserida nesta tipologia de ensino, coloca questões de índole variada, como por exemplo, que saídas profissionais estavam previstas para quem optasse pelo grau de bacharelato, quando o requisito no mercado de trabalho era o grau de licenciado.

Relativamente às saídas previstas para os bacharéis, o Coordenador do Curso de Serviço Social defende:

“Uma instituição de ensino superior, não é um mercado de emprego [...] Porque as pessoas querem-se desenvolver, naquele espaço. Agora, a resposta objectiva à questão é, da mesma forma que, os outros bacharéis, portanto, com uma preparação inferior, obviamente. Na altura, 3 anos bacharelato, perceba-se que é os 3 anos de licenciatura de 1º ciclo de Bolonha. [...]. Agora, a pessoa poderá ler tanto em 3 anos, como em 4? Só se não dormir. A pessoa poderá ter tanta maturidade e tanto estágio nos vários domínios do Serviço Social em 3 anos, como em 4 ou 5? Muito difícil, para não dizer, impossível. Agora, a ideia de Bolonha, é da aprendizagem, ao longo da vida, e é da aprendizagem no próprio contexto.

Portanto, nós, com essas licenciaturas bi-etápicas, asseguramos sempre ter um estágio, ao final dos primeiros 3 anos, do bacharelato. Era um estágio mais rápido, era um estágio mais de observação, com pouca intervenção, a não ser nos contextos em que as pessoas o permitiam. Mas sempre foi vendida a ideia, de que era melhor, pensar na licenciatura de 4 anos. E é raros, para não dizer escassos, escassos, escassos, escassos, foram os alunos que viveram, esse período histórico, a fazer apenas o bacharelato. Mas, foram para o terreno, com um bacharelato, com estágio. Como agora vão, para o terreno, com uma licenciatura de 3 anos, com um estágio. Muito preparados? Não! Preparados para aprender! Preparados para aprender a aprender. Preparados para querer fazer mais mestrados, doutoramento, especializações nas várias áreas, trabalho de campo, voluntariado, reflexão. Um livro aberto eternamente.” (entrevista a R.V.).

Face à questão colocada, não foi dada resposta concreta, em termos de saídas profissionais, para os bacharéis em Serviço Social. A carreira de técnico superior pressupõe o grau de licenciatura. A introdução do grau bacharel retoma a questão da dicotomia entre graus (este com cariz técnico profissional).

Face à reestruturação da licenciatura bi-etápica em Serviço Social, Almeida e Costa pronuncia-se e considera que houve uma melhor clarificação quanto aos objectivos propostos para a conceptualização do curso, assim como, uma explicitação de estratégias e metodologias de formação, adequadas aos objectivos propostos. Realça positivamente a inclusão, no delinear dos objectivos, de aspectos de matriz profissionalizantes

(característicos do ensino politécnico), assim como a correspondência a um perfil profissional específico.

Acrescenta que ao nível do plano estrutural do curso, configura-se uma licenciatura bi-etápica, com os dois ciclos nitidamente definidos, realçando a inclusão do estágio curricular no fim de cada um deles: *“Assim sendo, considera que o curso agora proposto se insere melhor no paradigma formativo do ensino politécnico, assumindo, tanto no plano conceptual como na lógica estrutural, características que o acreditam como tal.”* (Costa, 2001).

Neste seguimento, a proposta da criação efectiva da licenciatura bi-etápica em Serviço Social foi aprovada na reunião extraordinária do Conselho Científico da ESEL a 17 de Janeiro de 2001 e remetida para o Presidente do IPL.

A proposta de criação do curso em Serviço Social explicita os seguintes objectivos:

- “- Sensibilizar para uma visão crítica e compreensiva dos fenómenos sociais.*
- Levar a adquirir noções operatórias básicas no domínio do Serviço Social.*
- Dar a conhecer os principais métodos e tipos de Serviço Social.*
- Formar profissionais capazes de actuar ao nível dos indivíduos e dos diferentes grupos sociais, quer no desempenho de papéis preventivos ou terapêuticos de patologias psicossociais quer na intervenção primária junto do indivíduo/grupo de risco.*
- Contribuir para que as estruturas da sociedade portuguesa sejam cada vez mais humanizadas e os programas e políticas sociais que as definam, sejam cada vez mais justos.”* (Vieira e Oliveira b), 2001).

Atendendo ao publicado no Diário da República (I Série B), nº 176 de 1 de Agosto de 2002, portaria nº936/02, o Instituto Politécnico de Leiria, através da Escola Superior de Educação, é autorizado a conferir os graus de bacharel e licenciado em Serviço Social.

3.4 Reacções à Criação do Curso por parte das Organizações de Serviço Social

Enquanto no ponto anterior analisámos os posicionamentos e fundamentos do curso de Serviço Social, do ponto de vista de quem o concebeu, neste ponto abordamos as posições das organizações de Serviço Social. Expomos as reacções críticas manifestadas pela APSS, pela Professora Doutora Augusta Negreiros⁴⁰ (representando o grupo de doutorados em Serviço Social), e RNESS.

⁴⁰ Doutorada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), 1999. (tese: *Serviço Social um Profissão em Movimento – a dinâmica académico – profissional no Portugal pós – 74*). Autora do livro *As Representações Sociais da profissão em Serviço Social*. Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto, onde iniciou a sua actividade docente. No ano de 1969/1970 começou a leccionar no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Coordenou o Departamento de Pós-Graduação do ISSSL. Foi co-coordenadora do I Programa de Doutoramento em

Tendo em consideração, como relata Negreiros (1999:15):” o processo de luta pela ‘Integração nas Universidades’ “ e pela conferição do grau académico de licenciatura, que se desenvolveu ao longo de anos, e que, quando concretizado, se traduziu no reconhecimento efectivo da profissão de Serviço Social, registaram-se grupos que se manifestaram criticamente quanto à abertura da licenciatura bi-étpica em Serviço Social, característica do ensino politécnico.

A Associação de Profissionais de Serviço Social, em Junho de 2002, encaminha para o Chefe do Gabinete do Ministro da Ciência e do Ensino Superior o documento “*Apresentação das Moções Aprovadas no I Congresso Nacional de Serviço Social*”⁴¹. Documento que, posteriormente, é reencaminhado para o Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.⁴²

Ao nível da Formação em Serviço Social, a Presidente da Direcção Nacional, Dra. Cristina Louro, refere que no Congresso se registaram várias preocupações comuns à classe profissional.

“(…) *Que a actual disparidade na formação académica de profissionais na área do Serviço Social, nalguns casos não respeita regras de preparação académica e conteúdos funcionais, cujo exemplo mais recente se encontra na intenção dos Institutos Politécnicos leccionarem cursos bietápicos em Serviço Social*” (APSS, 2002).

Neste sentido, a APSS, propõe:

“*Que estes propósitos sejam de imediato repudiados por este Governo;*
Que seja constituído um Grupo de Trabalho que integre doutorados em Serviço Social, a Rede de Escolas de Serviço Social e outros representantes indicados pela APSS, com o objectivo de acompanhar esse assunto junto do Ministério da Ciência e Ensino Superior;
Que seja constituído um Fórum Permanente para as questões do percurso e inserção profissionais e educativos do Serviço Social. (APSS, 2002).

A APSS critica a falta de profissionais de Serviço Social a acompanhar assuntos e decisões, relativos à formação e profissão, junto do Ministério do Ensino Superior.

Serviço Social em Portugal, ao abrigo de um Protocolo do ISSSL com a PUC-SP. Foi directora da revista *Intervenção Social* do ISSSL (1985-1997).

⁴¹ Realizado a 23 e 24 de Maio de 2002, reunindo cerca de 800 Assistentes Sociais e Estudantes de Serviço Social, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

⁴² Luciano de Almeida, Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, desde Março de 1999, é membro do Conselho Nacional de Educação, da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior e da Comissão de Reconhecimento de Graus Académicos Estrangeiros. Foi Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (2004 a Dezembro de 2008), membro do Conselho Consultivo do Ensino Superior (2002 a 2007) e do Conselho Nacional de Avaliação (de 2004 a 2007).

Tendo em consideração a responsabilidade do Estado no que diz respeito ao assegurar do Ensino Público, a APSS recomendou a criação de cursos de graduação e pós-graduação (licenciatura, mestrado e doutoramento em Serviço Social), no Ensino Público Universitário.

“(...)Que estes cursos dêem garantia de um ensino de qualidade universitária, com professores qualificados academicamente no Serviço Social e noutras áreas disciplinares;

Que o Serviço Social enquanto disciplina das Ciências Sociais seja reconhecido como uma área autónoma do conhecimento e lhe seja reconhecido o seu estatuto no campo da investigação social(...)”(APSS, 2002)

De igual modo, a Professora Doutora Maria Augusta Negreiros (em representação do grupo de Doutorados em Serviço Social⁴³), envia, em Julho de 2002, para o Ministro da Ciência e do Ensino Superior, o parecer⁴⁴, quanto à possibilidade de aprovação de uma licenciatura bi-etápica em Serviço Social.

Neste parecer é considerado uma completa incongruência a aprovação de uma Licenciatura Bi-etápica em Serviço Social (possibilitando o grau de bacharelato). Esta estrutura é incoerente, face a todo o processo de afirmação e reconhecimento académico desta área, que conduziu à aprovação da Licenciatura em Serviço Social nos Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa, Porto e Coimbra e à consolidação do conhecimento e formação profissional, comprovada pela aprovação de Mestrados em Serviço Social, organização de cursos de Doutoramento e à expansão da formação registada ao nível da Licenciatura (ministrada em Universidades e Institutos Privados e Públicos).

É reclamada incoerência nesta formação, por identificar um processo na formação em Serviço Social inverso ao já consolidado:

“Deve aliás relembrar-se que o processo ocorrido nesta área foi exactamente no sentido do encerramento dos planos de formação e institutos de nível médio, então responsáveis, designadamente, pela certificação de profissionais habilitadas com o diploma de Auxiliares Sociais. Ainda que noutro plano, não pode deixar de se referir a absoluta aberração desta orientação quando a trajectória dos principais cursos ministrados pelas Escolas Superiores de Educação vem no sentido de reconhecimento do grau de Licenciatura aos Cursos de Educadores de Infância e de Formação de Professores, face ao anterior grau de Bacharelato” (Negreiros, 2002).

⁴³ Professores Doutores Signatários: Alcina Martins; Fernanda Rodrigues; Francisco Branco; Helena Nunes, Maria do Rosário Serafim, Marília Andrade; Marlene Rodrigues.

⁴⁴ Posteriormente, reencaminhado para o Presidente do IPL.

Em concordância com a opinião já manifestada pela APSS, consideram incongruente o facto da comissão de especialistas que apreciou o pedido de criação do curso, não integrar qualquer especialista da área.

A Coordenadora da Rede Nacional de Escolas de Serviço Social, Doutora Marília Andrade⁴⁵, em Agosto de 2002, também manifesta o desacordo com a criação desta licenciatura, numa carta enviada para o Ministro da Ciência do Ensino Superior.⁴⁶

A RNESS mostra estranheza pelo facto do curso de Serviço Social da ESEL ter sido divulgado no Guia de Acesso ao Ensino Superior Público 2002, publicado pela Direcção Geral do Ensino Superior e Comissão de Acesso ao Ensino Superior, sem que a Portaria de autorização do curso e reconhecimento do grau tivesse sido publicada, previamente.

Por outro lado, questiona o facto da Comissão de Especialistas que apreciou a proposto do Curso de Serviço Social da ESE-IPL não integrar nenhum especialista da área do Serviço Social, nem ter auscultado as estruturas representativas da formação em Serviço Social (RNESS e APSS).

Relativamente à introdução do grau de bacharel, inerente à licenciatura bi-etápica, a RNESS considera incoerente (tal como a APSS e o grupo de doutorados em Serviço Social), questionando especificamente:

“- a criação de mais um nível de graduação em Serviço Social sem que o Ministério da Ciência e do Ensino Superior tenha definido a posição nacional face às orientações da Declaração de Bolonha;
- a criação de cursos de Serviço Social no sistema Politécnico com a duração de 3 anos conferentes do grau de bacharel, no que respeita à qualidade do plano de formação, de acordo com os standards mínimos exigidos para a atribuição do título de Assistente Social;
- as implicações de natureza laboral decorrentes da criação do grau de bacharel em matéria de carreiras profissionais” (Andrade, 2002).

Quanto ao carácter bi-etápico desta formação, este é novamente criticado pela sua incoerência, face a todo o processo de luta pela legitimação e reconhecimento da profissão:

“Recordamos que num passado recente (1989) discutimos com V. Ex.^a a inserção da formação em Serviço Social no sistema Universitário Português. Processo este que registou notável avanço com o reconhecimento do grau de Licenciatura abrindo o campo à progressão da formação pós-graduada coma criação de Mestrados e realização de Doutoramentos, o que permite dispor actualmente de um grupo de especialista nesta área científica do conhecimento”. (Andrade, 2002).

⁴⁵ Doutorada em Serviço Social pela PUC – SP, (Tese: *Serviço Social e Mudanças no Agir da Modernidade*), com reconhecimento de doutoramento pela Universidade Nova de Lisboa.

⁴⁶ De igual modo, esta carta é remetida para o Presidente do IPL.

As organizações de Serviço Social desaprovam claramente a introdução, pelos Institutos Politécnicos, do grau de bacharelato, considerando as consequências que causar enquanto descrédito da profissão, frisando ainda, poder reencaminhar os Assistentes Sociais nas carreiras técnicas da função pública.

A licenciatura bi-etápica em Serviço Social da ESE-IPL institucionaliza-se, mas continua a necessitar de reconhecimento e legitimação por parte da classe profissional.

Deste modo, é organizado o Congresso de Serviço Social “Diferença, Desigualdades, Exclusões e Inclusões”⁴⁷, em 2005, com o objectivo de procurar o envolvimento e reconhecimento das organizações de serviço social:

“Como forma de envolver todas as escolas portuguesas onde se lecciona Serviço Social, Trabalho Social e Políticas Sociais, a organização dirigiu convite a todas essas instituições para participarem neste evento.”
(http://cassiopeia.esel.ipleiria.pt/esel_eventos/portal/sites/css/index.php?id=1321)

A APSS recusa o convite para participar no congresso, reforçando a opinião já manifestada em relação à introdução da licenciatura bi-etápica em Serviço Social:

“A APSS está em absoluto desacordo com a criação de licenciaturas bi-etápicas em Serviço Social uma vez que esta orientação é absolutamente incongruente com o complexo e longo processo que conduziu à aprovação da Licenciatura em Serviço Social nos Institutos de Serviço Social de Lisboa, Porto e Coimbra em 1989, e à consolidação académica e universitária desta área de conhecimento e formação profissional, comprovada quer pela aprovação de Mestrados em Serviço Social (1995), quer pela organização de cursos de Doutoramento em Serviço Social (...) quer ainda pela significativa expansão nos últimos anos da formação em Serviço Social, a nível de Licenciatura, em Universidades e Institutos Universitários Privados e Públicos (...) a criação de Licenciaturas em Serviço Social no Ensino Politécnico, condicionada, no presente quadro legal daquele subsistema de ensino, à diferenciação entre Bacharelato e Licenciatura é absolutamente incompreensível e mesmo irresponsável, adoptada sem a devida ponderação das implicações que tal decisão envolve para o desenvolvimento académico e profissional da área do Serviço Social em Portugal (...) o reconhecimento, em 1989, do grau académico de Licenciatura à formação em Serviço Social, traduziu-se, no plano das carreiras profissionais, na criação, pelo Decreto-Lei nº 296/91, de 16 de Agosto, em todos os serviços da administração central, local e regional, e nos institutos públicos, da carreira de técnico superior de Serviço Social, integrada no grupo das carreiras do pessoal técnico superior de regime geral. Ora, a criação da Licenciatura bi-etápica nos Institutos Politécnicos, abre caminho a um eventual processo de reinscrição dos Assistentes Sociais nas carreiras técnicas(...)”
(<http://homepage.mac.com/fbranco/Socialis/page10/page11/files/Licenciaturas%20Politecnico.pdf>)

⁴⁷ Programa in http://cassiopeia.esel.ipleiria.pt/esel_eventos/portal/sites/css/index.php?id=1318.

Não obtendo a concordância e participação da APSS, a Comissão Organizadora do Congresso convida outros Assistentes Sociais a participarem no mesmo.

“De resto, um congresso que nós organizámos um congresso nacional, nessa tentativa de construir um trabalho em rede, porque só em rede, estas coisas podem avançar.[...]”

Depois de convidar a própria APSS para integrar, fazer comunicações. Tal não foi possível, partimos para outras.

Trouxemos outros investigadores, trouxemos outros Assistentes Sociais. Nós fizemos esse esforço para usar todas as sinergias nacionais, escassas na área do Serviço Social; e internacionais, para fazermos um curso de Serviço Social, que fosse bom e que nos parece que é, no contexto nacional. Bom. Perfeito? Não, não há nada perfeito. Temos ainda uma grande caminhada pela frente. Como disse, temos muitos docentes em formação, e o rácio de doutorados, espero que aumente substancialmente, dentro de um ano ou dois”(Entrevista R.V.).

Quanto à participação de Assistentes Sociais neste evento, salientamos a presença da Professora Doutora Helena Mouro (professora do ISMT), Dra. Maria Joaquina Madeira (Presidente do Conselho Directivo da Casa Pia de Lisboa, I.P.), e Doutora Gleny Teresinha Guimarães (professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil).

3.5 O Plano de Estudos da Licenciatura Bi-etápica em Serviço Social, o corpo de Docentes e Discentes do 1º curso e a sua Representação nos Órgãos de Gestão

Este ponto é dedicado à análise do plano de estudos da licenciatura bi-etápica em Serviço Social e à correlação das disciplinas/áreas científicas do curso, com a formação dos professores que a ministravam.

No que concerne ao corpo de docentes, apenas serão identificados os que acompanharam a 1ª turma, no período temporal de 2002/03 a 2005/06.

Tendo em consideração que o curso foi inserido numa Escola Superior de Educação, procurámos compreender as mudanças ocorridas com a criação do curso de Serviço Social, no que diz respeito à dinâmica institucional da escola e ao seu corpo docente.

No decurso do ano lectivo de 2005/06, sob influência da Declaração de Bolonha, ocorre uma alteração no plano de estudos, que abrangeu ainda o 4º ano desta turma, relativamente à extinção de algumas disciplinas e reformulação da estrutura do estágio curricular do 2º ciclo, que conferia o grau de licenciado.

Analisar-se-á ainda, a participação do corpo de docentes e discentes da 1ª turma de Serviço Social, nos órgãos de gestão da escola.

Numa sucinta leitura do Plano de Estudos⁴⁸ do curso de Serviço Social (2002/03 a 2005/06), constata-se uma aposta a nível de uma formação teórico - prática pluridisciplinar, onde encontramos uma marca profunda da área das Ciências Sociais e Humanas.

A formação é fraccionada por várias áreas científicas, nomeadamente de Serviço Social, não se verificando o predomínio substancial de uma área científica. Atendendo a que não se detém a identificação das áreas científicas das disciplinas ministradas, teve-se em consideração a sua denominação e conteúdos programáticos, bem como os docentes que leccionaram e ainda a sua formação específica.

Assim, num total de quarenta e três disciplinas, doze são disciplinas da área científica do Serviço Social. Esta formação não é estruturante, tendo em consideração a composição de disciplinas/áreas.

⁴⁸ Documento referenciado no Anexo I.

O elenco das disciplinas da área científica de serviço Social é o seguinte: Serviço Social I⁴⁹, I⁵⁰, III⁵¹, IV⁵², V⁵³ e VI⁵⁴; Políticas Sociais⁵⁵; Gestão de Instituições de Serviço Social⁵⁶; Observatório de Serviço Social⁵⁷; Projecto⁵⁸ e os Estágios Curriculares do 3º e 4º ano, apuradas especificamente através das suas denominações e conteúdos programáticos.

Encontrámos um vasto elenco de disciplinas na área das Ciências Sociais e Humanas: Antropologia; Economia; Sociologia; Direito.

Salientamos que seis disciplinas são da área da Psicologia: Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia Social; Relações Interpessoais e Dinâmicas de Grupo; Intervenção Social em Grupos de Risco⁵⁹; Terapia Ocupacional e Psicomotricidade Relacional e Psicopatologias e Intervenção Psicológica.

As quatro disciplinas da área de Antropologia: Introdução às Ciências Sociais, Antropologia Social e Cultural, Problemas da Sociedade e Culturas Contemporâneas,

⁴⁹ Teorias do Serviço Social; História do Serviço Social; Precursores do Serviço Social e evolução do Serviço Social em Portugal; Ética e Deontologia em Serviço Social.

⁵⁰ Concepções ao nível das teorias em Serviço Social; Modelos e Metodologias utilizadas em Serviço Social; Teorias subjacentes às práticas profissionais; a natureza profissional do serviço social e a organização da profissão; A intervenção, as práticas e produção de conhecimento; As teorias e práticas do Serviço Social.

⁵¹ Evolução do Serviço Social Clássico; O Serviço Social Individualizado; O Serviço Social de Grupo; Serviço Social Comunitário.

⁵² Direito à saúde e definições de políticas de saúde; A cidadania dos utentes do sistema de saúde português; Definição de saúde/doença; a prática profissional do Serviço Social na Saúde; Identificação dos problemas de saúde numa comunidade ou população; Práticas de Investigação na melhoria dos serviços prestados; Análise dos indicadores de saúde em Portugal.

⁵³ Infância: A intervenção em instituições vocacionadas para a infância; a deficiência; a doença mental; a prevenção primária da toxicodependência; as crianças abandonadas; a adopção. Idosos: A problemática do envelhecimento; o papel da família no acompanhamento dos idosos; a institucionalização e o abandono familiar; a intervenção em instituições de terceira idade; as doenças dos idosos – a geriatria. Importância da intervenção geracional.

⁵⁴ Supervisão em Serviço Social; Conhecimentos teóricos e metodológicos inerentes ao processo de Supervisão em Serviço Social; Importância da Supervisão ao nível da formação e aperfeiçoamento profissional.

⁵⁵ O Estado e as Políticas Sociais; A Saúde; A Educação; A Justiça; A Segurança Social, Os grupos minoritários; As dinâmicas demográficas e as implicações sociais; Políticas Públicas de Trabalho e Emprego; Pobreza e Marginalidade; Políticas de Integração Social.

⁵⁶ Conhecimentos sobre organizações de Serviço Social; Princípios fundamentais da gestão de empresas e da organização no trabalho; Aspectos específicos das organizações e instituições de Serviço Social.

⁵⁷ I – A importância da Pesquisa em Ciências Sociais e em Serviço Social; II – As Etapas/Problemas da Investigação em Serviço Social; III – As exigências da investigação em contextos sociais; IV – A pesquisa bibliográfica e documental na construção do objecto; V – Orientações Epistemológicas da Investigação; VI – O processo de construção do projecto de investigação; VII – A elaboração de relatórios relativos às práticas no terreno. Caracterizar a Rede Social de suporte ao trabalho social; cartografar as diferentes instituições de intervenção social; caracterizar os diferentes tipos de organizações e instituições de cariz social; desenvolver, em articulação com as entidades e agentes locais, um entrosamento do curso com a comunidade que permita sustentar os processos de investigação aplicada.

⁵⁸ Esta disciplina foi introduzida com a alteração do plano curricular, de Março de 2006. Consistia no desenvolver de um projecto de serviço social, com possível aplicação real.

⁵⁹ Ministrada por uma professora com formação base em Psicologia. Actualmente possui doutoramento nesta área.

Multiculturalidade e Educação Intercultural, foram ministradas pelo Coordenador do Curso. Salienta-se o cunho de iniciação à investigação atribuído às mesmas. Acresce salientar que a disciplina de Seminário Interdisciplinar foi ministrada por outro Antropólogo.

As áreas de Informática, Linguísticas, Matemática Aplicada às Ciências Sociais estão presentes, sendo ministradas por professores com formação nestas áreas.

Marcas ligadas à tradição da escola estão presentes, quer na denominação de algumas disciplinas, quer na formação dos professores que as leccionam. Vejamos como exemplo: Comunicação em Língua Portuguesa (1º ano - de carga anual, leccionada por um Professor Doutorado em Metodologias do Ensino de Português), Culturas Lusófonas (3º ano, sendo leccionada por duas professoras, uma das quais tem licenciatura em História e Doutoramento em Ciências da Educação, e a outra tem licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas e Mestrado em Linguística Portuguesa); Educação para a Saúde (3º ano, que foi leccionada por um professor licenciado em Biologia e Mestre em Secreção Vegetal e Recursos Naturais Renováveis).

As disciplinas de Técnicas de Animação Sócio-Cultural e Oficina de Expressões⁶⁰ são leccionadas por quatro professoras com formação diversificada, especialmente relacionada com a matriz inicial da escola (1ª Licenciada em Estudos Especializados em Teatro e Educação e Doutorada em Estudos da Criança; 2ª Licenciada em Artes Plástica e Mestre em Criatividade Aplicada Total; 3ª Licenciada em Educação Física, Mestre em Ciências da Educação e Doutorada em Motricidade Humana; 4ª Licenciada em Ciências Musicais e Mestre em Music Education).

No 1º ano do curso, as disciplinas de Serviço Social I e II foram leccionadas por uma Mestre em Serviço Social e Política Social⁶¹, vindo as disciplinas do 2º ano a ser ministradas por outro docente⁶², que passou a ter a seu cargo a maioria das disciplinas da área científica do Serviço Social.

No 3º e 4º ano já existia a colaboração de outros Assistente Sociais.

⁶⁰ Estas disciplinas integravam a proposta da criação da licenciatura em Animação e Serviço Social.

⁶¹ Esta professora deixou de exercer funções na escola.

⁶² O professor Cristóvão Margarido, licenciado em Serviço Social e Mestre em Toxicodependências e Patologias Psicossociais.

A coordenação científica das disciplinas de Serviço Social (ministradas por Assistentes Sociais) quer de outras áreas científicas do curso, foram asseguradas maioritariamente pelo Coordenador do Curso.

Tendo em consideração a inserção do curso numa Escola Superior de Educação, o Coordenador do curso de Serviço Social, no que concerne à formação do corpo docente refere que houve reconversão de professores que apostaram na reconfiguração da sua formação para leccionarem outros cursos, e também, se procedeu ao recrutamento de novos professores. De igual forma, houve professores conectados à formação de professores, afectos a escolas básicas ou secundárias, que cessaram funções na escola.

“Houve reconversão, portanto, há pessoas que fizeram pós-doutoramentos, há pessoas que tiraram outras graduações, há pessoas que se reconfiguraram pela própria auto formação, que é uma dimensão fundamental da formação, para além da heteroformação, e que foram, a pouco e pouco, reconvertendo os seus saberes, para poderem dar o seu melhor na leccionação de Unidades Curriculares de outros cursos, outras pessoas que estavam na formação de professores, sempre houve muita gente que estava requisitada, por exemplo, que estava a orientar estágios, muita gente que foi embora da ESECS, portanto. Mas, também, continuaram com o seu local de trabalho, porque eram afectas a uma escola básica, secundária, etc. Portanto, esse espaço que outrora, viu tanto aluno na formação de professores, passou a ser reduzido, e levou, portanto, a uma reconfiguração dos próprios contratados, e dos professores de carreira, que passaram a ser contratados, requisitados já não tanto, mas a ser contratados. Essencialmente, neste momento, a lógica que tem um doutoramento, é uma grande aposta. (Entrevista a R.V.).

Ricardo Vieira e Cristóvão Margarido⁶³ consideram que se apostou gradualmente na formação dos profissionais e na contratação e adequação dos mesmos, afectos ao curso de Serviço Social, afirmando que é necessário um processo continuado na melhoria da qualidade e da formação profissional.

“A aposta tem sido a da formação, e da adequação de profissionais, que são contratados. Porque, o próprio Politécnico exige uma percentagem de profissionais ligados ao Serviço, e isso acontece, portanto, no Serviço Social, de pessoas que estão na Segurança Social, ou noutras instituições, e que vêm dar uma ou duas horas, da sua experiência, numa disciplina bem específica, bem prática. Agora, uma Universidade, um Politécnico, não pode apenas viver desses casos pontuais. Tem de ter carreiras, pessoas com carreira própria, e é nisso que temos vindo a apostar, porque, nem o mundo se fez num só dia, nem o Serviço Social de Leiria, nem uma escola. É preciso uma luta continuada, na melhoria da qualidade e da formação profissional.” (Entrevista a R.V.)

“Ao nível dos profissionais que leccionam, estamos com um corpo de docentes sólido, da área do Serviço Social. Temos actualmente, 9 pessoas licenciadas em Serviço Social, algumas com mestrado, uma com doutoramento⁶⁴, duas a acabar o doutoramento, outras

⁶³ As observações de Cristóvão Margarido são retiradas da entrevista realizada e transcrita pela autora, no dia 24 de Julho de 2009, no CIID.

⁶⁴ A professora mencionada, é licenciada em Serviço Social, mas doutorada em Sociologia.

a tirar mestrado, a leccionarem. Todos eles licenciados em Serviço Social. Estamos a falar de 9 pessoas. Portanto, parece-me a mim, que é um corpo de docentes, que embora ainda não seja o ideal, já está muito próximo, daquilo que pode ser considerado um corpo de docentes sólido e positivo.””(Entrevista a C.M.)

Apesar dos esforços para reforçar a qualificação dos docentes da área do Serviço Social, actualmente, ainda não se encontram a leccionar professores com mestrado ou doutoramento em Serviço Social (alguns Assistentes Sociais licenciados têm mestrado/doutoramento noutras áreas).

No que diz respeito ao processo que esteve na base do seu recrutamento, Cristóvão Margarido refere que, após trabalhos pontuais realizados para a ESEL e face à sua experiência de campo, principalmente na área da toxicodependência, foi contratado:

“Dei, muita formação profissional para grupos socialmente desfavorecidos, porque na altura, vinha muito dinheiro para formação para essas áreas do Eixo 5, do Programa Operacional de Desenvolvimento. E foi através dessa formação profissional que eu dava, que fui convidado algumas vezes e que entrei na ESE – IPL [...]. Porque o facto de eu, pontualmente ir colaborando com a ESE, numa altura em que o curso estava criado recentemente, fez com que depois, quando precisaram de profissionais do terreno para leccionarem algumas disciplinas (...) que penso que foi isso que foi mais preponderante para a minha contratação, o facto de eu, ter trabalhado, já bastante no terreno em termos de várias áreas de intervenção social. Principalmente da toxicodependência, mas em várias áreas. Foi isso, que penso que esteve na base da minha contratação. Porque a própria ESE queria fazer, essa ponte, entre a teoria e prática[...].””(Entrevista a C.M.)

Cristóvão Margarido refere ainda, que foi contratado para ministrar disciplinas de Serviço Social na escola, após a realização de entrevista de selecção. A entrevista de selecção foi realizada a Assistentes Sociais que enviaram *curriculum vitae* ao Coordenador do Curso. Nesta altura, não abriu concurso público. O professor de Serviço Social acrescenta, que só passados seis anos, abriu um concurso público, onde o mesmo foi colocado.⁶⁵

Segundo o referido professor, os Assistentes Sociais que se encontram a leccionar, presentemente, na escola, celebraram um contrato (a termo certo), após envio de *curriculum vitae* ou inscrição na bolsa de formadores do IPL.

“Bolsa Permanente de Docentes/Formadores:

Este serviço permite que os candidatos à docência e/ou formadores interessados em colaborar com o IPL, se possam registar e inscrever a qualquer momento na bolsa do

⁶⁵ Actividade Profissional: 2003 a 2007 - Professor Equiparado a Assistente do 1º e 2º Triénio, do Departamento de Ciências Sociais, da Escola Superior de Educação de Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, (2008 a 2009) – Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, cf. <http://ciid.ipleiria.pt/wp-content/uploads/2009/07/cristovao-cv-ciid.pdf> .

Instituto, para efeitos de recrutamento de pessoal docente especialmente contratado e de formadores, substituindo-se assim o procedimento adoptado em anos anteriores para o efeito (bolsa emprego). Em segundo lugar possibilita que os responsáveis pela contratação de docentes/formadores possam consultar a bolsa e aí seleccionar os recursos de acordo com as necessidades, tendo em conta a área, o curriculum, a disponibilidade, experiência e outros critérios de selecção eventualmente a considerar.”
(http://www.ipleiria.pt/portal/ipleiria?p_id=31274&content.id=35887)

Tendo em consideração que o **estágio curricular** é um momento considerado privilegiado na formação dos Assistentes Sociais, analisamos como o mesmo foi estruturado e desenvolvido na ESEL.

Considerando o artigo 5º do supracitado DR – I Série B, nº 176 de 1 de Agosto de 2002, Portaria nº 936/02, *“a unidade curricular «Estágio» realiza-se nos termos fixados por regulamento a aprovar pelo órgão legal e estatutariamente competente”*.

De acordo com o Regulamento de Estágio Curricular dos 1º e 2º ciclos da licenciatura bi-etápica em Serviço Social, este tinha as seguintes finalidades:

“A formação em Serviço Social tem-se pautado pelo desenvolvimento da relação teoria-prática, aliando-se cada vez mais a práticas de investigação, constituindo o estágio um espaço privilegiado para o aprofundamento desta relação, assim como, das relações a desenvolver entre a Escola e a comunidade.

Pretende-se que o estagiário consolide um conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo do curso e torne consistente o olhar crítico sobre a realidade social em que se inscreve a sua intervenção.

Assim, torna-se necessário que o estagiário adquira uma visão da globalidade dos problemas e das políticas que integram as dinâmicas interdisciplinares dos serviços.”

A estrutura organizativa era composta pelos seguintes intervenientes:

A Comissão Coordenadora dos Estágios, era composta pelo Coordenador do curso, assim como, pelo(s) Coordenador(es) e Supervisor(es) de Estágios.

O Coordenador de Estágio era o responsável pela coordenação das disciplinas de estágio.

O Supervisor de Estágios tem a seu cargo o acompanhamento do aluno durante o estágio, prestando-lhe o devido apoio técnico – científico e estabelecendo um contacto estreito com o orientador da Instituição/Organização, cabendo-lhe intervir no processo de avaliação, de acordo com o programa.

O Orientador de Estágio é o responsável pelo acompanhamento e orientação do estagiário no local de trabalho, cabendo-lhe, de igual forma, intervir no processo de avaliação de acordo com o programa. É indicado pela organização/instituição onde decorre o estágio.

Cabe ao Conselho Directivo da ESEL formalizar o contacto com as Instituições/Organizações, resolver problemas logísticos que a cooperação suscite, para além das funções previstas na lei aplicável.

O aluno – estagiário deve participar nas actividades da Instituição/Organização, de acordo com os objectivos definidos no programa de estágio.

As disciplinas de estágio curricular têm os seguintes objectivos gerais:

*“Integrar atitudes, saberes e competências de um modo profissionalmente ajustado;
Adquirir uma postura crítica e reflexiva sobre o trabalho social realizado;
Aplicar competências de investigação na resolução de problemas sociais.”*

As disciplinas de estágio curricular (3º e 4º ano) foram coordenadas pelo Professor Ricardo Vieira. A supervisão foi assegurada por dois Assistentes Sociais no 3º ano e por três no 4º ano.

O estágio do 3º ano, de curta duração, era especialmente direccionado para a observação e apreensão de práticas profissionais. Tinha a duração de 5 semanas (35 horas semanais, 175 horas totais), a decorrer entre 1 de Junho a 31 de Agosto de 2005 (conforme período acordado com as instituições).

A realização deste estágio curricular, para além dos objectivos gerais supra mencionados, pretendia permitir aos alunos o desenvolvimento e melhoria de conhecimentos adquiridos em termos teóricos, a apreensão da dinâmica institucional e das estruturas e ambientes específicos relacionados com a intervenção social. Culminava com a elaboração do relatório de estágio, sem apresentação pública.

Como verificámos, o estágio do 3º ano realizou-se durante as férias de Verão, o que suscitou alguns problemas.

O Coordenador do curso solicita ao Presidente do Conselho Directivo da ESEL, em Janeiro de 2006, a alteração de plano de estudos do curso de Serviço Social, com a seguinte fundamentação:

*“(…)Considerando a necessidade do estágio do 2º clico do curso de Serviço Social ter pelo menos quinze semanas;
Considerando que quinze semanas correspondem a um semestre;
Consideração que a projecção inicial de se fazer a implementação dos estágios do término das aulas do 2º semestre se torna impraticável, uma vez que:
a) As instituições de serviço social estão pouco receptivas a receber estágios no verão;
b) Os professores supervisores têm férias em Agosto;
c) A avaliação que foi feita sobre o estágio de 5 semanas realizado no ano lectivo anterior, entre Julho e 15 de Setembro, sugere que não seja repetida(…).” (Vieira, 2006).*

Foi sugerida a seguinte alteração da estrutura curricular:

“1. 1º ciclo de estudos: o estágio continuaria a ser de 5 semanas, com carácter essencialmente de observação, mas a decorrer entre os meses de Março e Junho de 2006, concentrado em dois dias de semana. As restantes disciplinas do Plano de Estudos manter-se-iam, assim, intocáveis e caberiam num horário concentrado nos restantes 3 dias de semana. Em síntese, o nº de horas do semestre manter-se-ia o mesmo;

2. 2º ciclo de estudos: o estágio seria de 15 semanas a decorrer nos meses de Março a Junho de 2006. Para este efeito, e uma vez que o 2º semestre do 2º ciclo do curso de Serviço Social está absolutamente preenchido com outras disciplinas, a presente proposta é de que essas disciplinas sejam totalmente suprimidas e substituídas apenas pelo estágio, proposta que já discuti com o senhor Presidente do IPL;

3. Poder-se-á argumentar que os alunos ficarão com uma formação mais deficitária com a supressão destas disciplinas. Mas é bem verdade que com a implementação de Bolonha, muitas outras há a suprimir. Por outro lado, em reunião com todos os Professores de Serviço Social da ESEL, chegou-se à conclusão de que, ainda que com menor profundidade, as matérias de Justiça e Reinserção Social, Serviço Social e Administração Pública, Sociologia do Desenvolvimento, Políticas Comunitárias de Serviço Social e Ética e Deontologia foram já desenvolvidas curricularmente, de alguma forma, em disciplinas anteriores. Quanto à disciplina de Observatório em Serviço Social, transformar-se-ia, simplesmente, em disciplina semestral (1º semestre do 4º ano).” (Vieira, 2006).

Esta proposta foi aprovada na ESEL, sob o prisma da Declaração de Bolonha, o que levou à extinção das disciplinas aprovadas anteriormente para o 2º semestre do 4º ano. De acordo com o DR II série, nº51 de 13 de Março de 2006, Despacho nº 5965/06 (2ªsérie), procedeu-se à alteração do plano de estudo do curso bi-etápico⁶⁶ da licenciatura em Serviço Social da ESE-IPL, passando o estágio curricular do 2º ciclo da licenciatura a integrar o 2º semestre, a par com a disciplina de Projecto.

O estágio curricular do 4º ano decorre de Março a Junho de 2006⁶⁷ (1 semana de preparação e planificação, 14 semanas de prática interventiva, 4 semanas para conclusão do relatório e para avaliação, num total de 19 semanas a 35 horas semanais, o que perfaz 665 horas⁶⁸. Culmina, de igual forma, com a elaboração de um relatório de estágio, sem defesa pública.

A vertente de investigação – acção que se procurou atribuir ao estágio curricular, assim como, a várias disciplinas do curso, demonstra a aspiração do Coordenador do

⁶⁶ Vide Anexo II.

⁶⁷ Com excepção de 3 casos, que optaram por realizar em o estágio curricular em época especial (de Setembro a Dezembro de 2006).

⁶⁸ Na primeira semana de trabalho os estagiários terão reuniões na ESEL com a Comissão Coordenadora dos Estágios para preparar a intervenção na instituição receptora e para articular o estágio com a disciplina de projecto. Na segunda semana de trabalho, o orientador sugere ao estagiário um plano que servirá de orientação geral. Durante o estágio haverá um acompanhamento regular por parte do orientador (instituição/organização). O supervisor do estágio deslocar-se-á à instituição/organização, no sentido de acompanhar as actividades do estagiário, bem como reunir e tomar conhecimento da sua prestação.

Curso⁶⁹, em aproximar a formação das características do sistema universitário, e um afastamento dos trâmites do ensino politécnico, onde a intervenção/prática é primordial à articulação com a investigação.

Relativamente aos estágios curriculares, Ricardo Vieira comenta a sua preocupação com o estabelecimento atempado dos protocolos.

“Houve um esforço imenso. Ainda estavam no primeiro ano, eu, como coordenador, conjuntamente, com a Direcção da Escola, com o Conselho Directivo, já andava, de porta em porta, a expensas próprias, com propostas de protocolos, para que daí a quatro anos, estivessem assegurados estágios. Já andávamos a fazer conferências, a fazer ligações com o Hospital de Leiria, com a Prisão-Escola, com a Prisão Regional, com a Santa Casa da Misericórdia, com as Juntas de Freguesia, com os lares. Um conjunto imenso de instituições, com o qual fizemos, uma base de dados, de instituições, com as quais, é hoje possível continuar a assegurar estágios.” (Entrevista a R.V.).

Sobre a **proveniência geográfica** dos alunos que ingressaram no curso de Serviço Social da ESE – IPL, no ano lectivo de 2002/2003⁷⁰, constatámos que a maioria dos alunos provêm do Distrito de Leiria.

Neste ano lectivo entraram 41 alunos, sendo que 4 desistiram (pertenciam aos seguintes Distritos: Guarda, Faro, Santarém e Leiria).

Frequentaram o curso 14 alunos do Distrito de Leiria, 5 do Distrito de Santarém, 3 dos Distritos de Coimbra, Viseu e Porto, 2 dos Distritos de Setúbal, Lisboa e Região Autónoma da Madeira e 1 dos Distritos de Braga, Guarda e Região Autónoma dos Açores.

Relativamente à **participação de docentes e discentes nos órgãos de gestão da ESEL**, constata-se algumas marcas importantes.

No **Conselho Directivo** da ESE-IPL não foram identificados professores que ministrassem disciplinas do curso de Serviço Social (período 2001/2007).

No que diz respeito ao **Conselho Pedagógico** da ESE-IPL, no período 2001/2003 e 2003/2005, o Presidente foi o Coordenador do Curso de Serviço Social. No período de 2005/2007, o professor mencionado, embora não sendo o Presidente do Conselho Pedagógico, continua a incorporar o grupo de docentes com participação neste órgão, assim como, outros professores afectos ao curso de Serviço Social.

⁶⁹ Na entrevista realização RV, expressa a sua aspiração a que o IPL consiga reunir as condições necessárias para se constituir como Universidade de Leiria. Recordamos que este professor, coordena o CIID, um centro de investigação do IPL, com linhas de investigação especialmente enquadradas nas Ciências Sociais e Humanas.

⁷⁰ De acordo com a listagem fornecida nos Serviços Académicos da ESEL.

No que concerne à **Assembleia de Representantes** da ESE-IPL, no período de 2001/2004, o Presidente foi o Professor Pedro Silva (leccionou a disciplina Sociologia da Família, e é o actual coordenador do curso de Serviço Social). No período temporal de 2004/2007, o Presidente da Assembleia de Representante deste órgão é o Professor Edgar Lameiras (que leccionava a disciplina Educação para a Saúde). Neste período, salienta-se que uma aluna de Serviço Social participou na representação dos estudantes.

Relativamente ao **Concelho Científico** da ESE-IPL, no período de 2002/03, a Secretária é a Professora Graça Seco (que leccionou as disciplinas de Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Social).

No período correspondente a 2003/04, o Presidente do Concelho Científico é Professor Luís Barbeiro (que leccionou Comunicação em Língua Portuguesa), a Secretária é a Professora Maria Isabel Pereira (que leccionou a disciplina de Relações Interpessoais e Dinâmicas de Grupo) e o Representante dos Assistentes é o Professor Mário Barata (leccionou Direito da Família e dos Menores). No período correspondente a 2004/05 o Presidente e o Secretário mantêm-se. No período corresponde a 2005/2006, o Presidente e Secretário não têm ligação ao curso de Serviço Social.

Salientamos a presença do Professor Américo Oliveira (que apesar de não ter ministrado nenhuma disciplina do curso de Serviço Social, propôs conjuntamente com o Professor Ricardo Vieira a criação deste curso), como docente afecto ao Concelho Científico, no período temporal de 2003/04, 2004/05 e 2005/06.

O curso de Serviço Social teve especial representatividade no Concelho Pedagógico da escola, mas há também que salientar a sua representatividade no Conselho Científico e Assembleia de Representantes (onde vários docentes do curso de Serviço Social estavam afectos, para além do respectivo cargos dirigente – Presidente).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em consideração a incapacidade do Estado em assegurar o ensino público, este deixa de ser um espaço privilegiado de aquisição e produção de conhecimento, para ser um espaço regido por narrativas mercantilistas (Seixas, 2003; Santos, 2004 e Magalhães, 2006).

Considerando o Ensino Superior, na sua globalidade de sistemas de ensino, veiculado a critérios de produtividade e eficácia, as IES para assegurarem a sua continuidade temporal e não entrarem em ruptura, passam a implementar e promover cursos com um elevado índice de procura estudantil, aliado à boa procura destes diplomados no mercado de trabalho.

No contexto específico do Serviço Social Português, analisámos os condicionalismos pelos quais este passou no período ditatorial, o que se repercutiu num reconhecimento tardio da sua formação e na forma como esta foi enquadrada (Monteiro, 1995 e Martins, 1999).

O Serviço Social surge, enquanto área de formação académica, enquadrado em estruturas próximas da Igreja Católica, só sendo reconhecido como superior em 1961.

Almejando a esta formação no Ensino Superior Público, desenvolve-se um processo, antes e depois de Abril de 1974, com vista a esta integração, algo que não foi alcançado. Posto isto, as escolas pioneiras da formação em Serviço Social, todas privadas, assumem-se como instituições de Ensino Superior Privado (Negreiros, 1999).

Paradoxalmente, na viragem do século XXI, quando se assiste tendencialmente à privatização do ensino, a formação em Serviço Social, é integrada no Ensino Superior Público, universitário e politécnico, conduzindo à sua expansão (Martins, 2007; Tomé, 2007).

Com base na análise de resultados da pesquisa realizada, é possível correlacionar a inserção tendencial do curso de Serviço Social, ao nível do ensino politécnico, em escolas superiores de educação, com os problemas institucionais que os cursos ligados à sua matriz inicial (formação de professores) estavam a colocar.

Na investigação desenvolvida, procurou-se compreender e analisar o processo de institucionalização do curso de Serviço Social na ESE-IPL.

O discurso dos impulsionadores desta formação na ESE-IPL (Ricardo Vieira e Américo Oliveira), do Presidente da ESEL e do Presidente do IPL, apontam a criação do curso de Serviço Social, assim como de outras formações desvirtuadas do seu protótipo

inicial, como uma necessidade de reequacionamento e reestruturação da matriz inicial da escola.

Os cursos ligados à formação de professores estavam a passar por sérios problemas, fruto do cariz mercantil do Ensino Superior. A formação dos diplomados era excedentária e estes encontravam sérias dificuldades de inserção do mercado de trabalho. Consequentemente, a procura destes cursos diminui drasticamente, conduzindo à progressiva extinção dos mesmos.

Considerando a boa empregabilidade dos Assistentes Sociais (nos anos que antecederam à proliferação desta formação) e o reconhecimento desta formação (Martins e Tomé, 2008), o curso de Serviço Social foi considerado uma boa aposta para a estratégia de desenvolvimento da ESE-IPL (José Silva, 2002).

As organizações de Serviço Social que sempre se pautaram pela introdução desta formação no Ensino Público, face à criação da licenciatura bi-etápica na ESE-IPL, posicionaram-se criticamente. A criação de uma licenciatura em Serviço Social, de cariz bi-etápico, possibilitando o grau de bacharelato, foi considerada uma total incongruência, face a todo o processo pela afirmação e reconhecimento académico e profissional, questionando o requisito de ingresso no mercado de trabalho, ou seja, o grau de licenciado. (APSS, 2002; Negreiros e grupo de doutorados em Serviço Social, 2002 e RNESS, 2002).

O coordenador desta formação procurou desenvolver uma postura de investigação, pautada por um afastamento dos trâmites do ensino politécnico (essencialmente vocacionado para formar técnicos sociais) e uma tentativa de aproximação dos objectivos do ensino universitário (cuja formação se dirige para a formação de cientistas sociais). Este posicionamento não se enquadra nas abordagens defendidas por Netto (2000) e Cruz (2004).

Apesar destas aspirações, a configuração, plano de estudos e docentes afectos, não alterou a natureza desta formação. O almejo desta estrutura híbrida politécnico/universitário não foi alcançado, dados os condicionalismos e a própria dinâmica do ensino politécnico.

Tendo em consideração que a formação foi enquadrada numa escola superior de educação, constata-se que, no espaço temporal analisado, houve professores a leccionar disciplinas do curso de Serviço Social, ligados a outras áreas do saber e um escasso número de Assistentes Sociais a ministrar as disciplinas específicas da área, algo que não era estruturante da formação.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho pretendeu-se investigar o processo de institucionalização do curso de Serviço Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria, onde a formação se inicia no ano lectivo de 2002/2003.

O processo de *luta* desenvolvido pelas organizações de Serviço Social, antes e depois de Abril de 1974, com vista à integração da formação no Ensino Público, não foi alcançado, o que conduziu a que as escolas fundadoras da profissão (privadas), se assumissem como Instituições de Ensino Superior Privado.

Paradoxalmente, na viragem do século XXI, onde se assiste tendencialmente à privatização do ensino, o curso de Serviço Social é implementado no Ensino Público. Compreender os mecanismos e fundamentos subjacentes ao processo de integração da formação no Ensino Público, foi um objectivo de base para o desenrolar desta investigação.

No que se refere, ao Ensino Politécnico constatámos que o curso foi tendencialmente inserido em Escolas Superiores de Educação.

Com a presente investigação, compreendeu-se que a inserção do curso em Escola(s) Superior(es) de Educação, advém fundamentalmente dos entraves com que as mesmas se depararam, fruto da formação excedentária de professores, desemprego crescente no seio destes diplomados, e perda gradual dos alunos a frequentar os cursos ligadas à sua matriz inicial (formação de professores).

Os cursos ligados à formação de professores da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria estavam a levantar problemas para o seu futuro institucional, o que conduziu ao necessário reequacionamento da sua matriz inicial e a uma aposta clara em cursos que tinham uma maior procura por parte de estudantes, e um maior índice de inserção no mercado de trabalho, como o curso de Serviço Social.

Concludentemente, a integração do curso de Serviço Social nesta IES não vai ao encontro do objectivo primordial, defendido pelas organizações da profissão, da inserção da formação do Ensino Público Universitário, mas funciona como uma resposta aos entraves com que a instituição se deparava.

As características da Região de Leiria, pautada por fenómenos despoletadores de problemáticas sociais, constituem outro factor que esteve na génese da implementação do curso da ESEL, com o objectivo de formar profissionais para intervirem localmente.

De igual modo, o curso de Serviço Social constituiu um factor aglutinador para a concentração de jovens na Região de Leiria, dado o elevado índice de procura no 1º ano em que foi ministrado. A maioria dos alunos inscritos era proveniente do Distrito de Leiria, pelo que o curso constitui uma oferta formativa, de âmbito regional, para a população envolvente.

Contudo, a introdução de uma licenciatura de cariz bi-etápico (possibilitando o grau de bacharel) desencadeia reacções críticas por parte das organizações de Serviço Social. A proposta de uma licenciatura bi-etápica em Serviço Social é incoerente com o processo que conduziu à afirmação e legitimação da formação com o reconhecimento da licenciatura, desenvolvimento de mestrados e organização de doutoramentos em Serviço Social. Por outro lado, levanta questões de índole profissional, visto que a carreira de Técnico Superior de Serviço Social tem como requisito a licenciatura.

A criação da licenciatura bi-etápica é considerada como um processo inverso ao já consolidado na formação em Serviço Social, tendo em consideração o encerramento de planos de formação e institutos de nível médio, que certificavam profissionais com o diploma de Auxiliares Sociais (Negreiros, 2002).

Relativamente ao corpo de docentes da ESEL (2002/2003), considera-se que existia uma percentagem significativa de professores na área das Ciências Sociais, mas um escasso número de licenciados em Serviço Social, que começaram progressivamente a ser contratados, para ocupar um novo espaço que a escola pretendia alcançar. Apenas em 2008, abre concurso público, para professor adjunto para a área científica do Serviço Social.

As disciplinas da área Serviço Social não eram estruturantes da formação, visto que não correspondiam a mais de 50% do plano de estudos. Foram leccionadas por Assistentes Sociais licenciados.

A implementação do curso de Serviço Social na ESE-IPL permitiu a concretização do direito ao ensino público no âmbito desta formação.

Porém, ainda não existem professores com mestrado ou doutoramento em Serviço Social (alguns Assistentes Sociais licenciados têm mestrado/doutoramento noutras áreas).

Em contrapartida, as Instituições de Ensino Superior Privado qualificaram os seus recursos humanos ao mais alto nível (mestrado e doutoramento em Serviço Social).

Face à actual diversidade da formação é necessário prosseguir o caminho, no sentido do fortalecimento do Serviço Social e do seu projecto profissional, com

organizações fortes da categoria, onde se encontra pautado o movimento pela construção da Ordem dos Assistentes Social (Martins, 2007).

Consideramos que é imprescindível que a formação em Serviço Social seja regulamentada e que seja reconhecida a Ordem dos Assistentes Sociais. É fundamental que especialistas da área do Serviço Social sejam consultados no que concerne à aprovação e regulamentação desta formação, que seja desenvolvida uma avaliação séria e rigorosa dos cursos de Serviço Social implementados, e que se desenvolva um processo contínuo de qualificação de Assistentes Sociais, com a realização de mestrados e doutoramentos, nas IES que ainda não possuem recursos humanos com esta especialização.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Luciano de (2002), *Consolidar a Mudança/Construir o Futuro* in Revista n.º9 do Instituto Politécnico de Leiria, Abril de 2002, p. 9 – 15
- ALMEIDA, Luciano de (2002), *A formação dos recursos humanos na região de Leiria* in Revista n.º9 do Instituto Politécnico de Leiria, Abril de 2002, p. 18 – 20
- ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL (2006), *Posição da Associação Nacional de Assistentes Sociais (APSS) sobre o Processo de Bolonha e a formação em Serviço Social*, in <http://www.apross.pt/interna.php?idseccao=10>, consultado a 25 de Agosto de 2009.
- ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL (2005), *Posição da APSS sobre a criação de Licenciaturas bi-etápica em Serviço Social no Ensino Politécnico* (texto adaptado do comunicado emitido por altura do Congresso de Serviço Social promovido pela Escola Superior de Educação de Leiria), in <http://homepage.mac.com/fbranco/Socialis/page10/page11/files/Licenciaturas%20Politecnico.pdf>, consultado a 5 de Janeiro de 2009.
- BAPTISTA, Myrian Veras (2001). *A Investigação em Serviço Social*. Lisboa – S. Paulo: CPIHTS e Veras Editora.
- CRUZ, Manuel Braga da (2004). *Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional. Grupos por Área de Conhecimento – Ciências Sociais*, in <http://www.cpihts.com/PDF/Bolonha%20C.Sociais%20%20&%20Servi%20%20Socia.pdf>, consultada a 20 de Junho de 2009.
- DIAS, Maria de Fátima da Costa Soares (2006). *Formação Académica de Assistentes Sociais * Singularidade Açoriana*. Tese de Mestrado em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Doutor Francisco Branco, apresentada no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.
- FERREIRA, Rosilda Arruda (2006), *Sociologia da Educação: Uma Análise de suas Origens e Desenvolvimento a Partir de Um Enfoque da Sociologia do Conhecimento*, artigo publicado na Revista Lusófona de Educação, 2006, 7, 105 – 120, in <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n7/n7a07.pdf>, consultada a 25 de Novembro de 2008.
- FRANCO, Ana Cristina de Almeida Mendes (2003). *A Investigação em Serviço Social e a Formação ao nível da Licenciatura – Análise dos Planos de Estudo nos anos 90, em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga e elaborada sob a orientação da Prof. Doutora Alcina Martins. Coimbra. ISMT.
- MAGALHÃES, António M. (2004). *A IDENTIDADE DO ENSINO SUPERIOR – Política, Conhecimento e Educação numa época de Transição*. Braga. Fundação Calouste Gulbenkian (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).
- MARTINS, Alcina; TOMÉ, Maria Rosa (2008). *O Estado Actual da Formação em Serviço Social em Portugal – problemas e desafios à organização profissional*. Comunicação apresentada na 19ª Conferência de Serviço Social, IFSW e CFESS, Brasil, Salvador, Bahia, in <http://www.cpihts.com/PDF04/AlcinaM%20e%20Rosa%20T.pdf>, consultado em 25 de Novembro de 2008.
- MARTINS, Alcina; TOMÉ, Maria Rosa (2008). *Desempregados e diplomados em Serviço Social*. Comunicação apresentada no Seminário Euro-Brasileiro “Serviço Social, Informação, Qualidade & Desenvolvimento, 20 de Fevereiro de 2008, in

- <http://www.cpihts.com/PDF03/Alcina&Rosa.pdf>, consultado em 25 de Novembro de 2008.
- MARTINS, Alcina (2007). *O PROCESSO DE BOLONHA E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – questões e problemas*. Comunicação apresentada no Dia Mundial do Assistente Social, APSS/ AIDSS, Matosinhos, 27 de Março de 2007 in <http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>, consultado em 25 de Novembro de 2008.
- MARTINS, Alcina (2002). *Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura*, in <http://www.cpihts.com/1%BA%20Congresso%20Nac.%20SS.pdf>, consultado em 15 de Outubro de 2008.
- MARTINS, Alcina (1999). *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Braga. Fundação Calouste Gulbenkian (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).
- MONTEIRO, Alcina (1995). *A Formação Académica dos Assistentes Sociais – uma retrospectiva crítica de institucionalização do Serviço Social em Portugal*. Intervenção Social. Revista Semestral do ISSS, nº 11/12, Serviço Social e Sociedade – Investigar para Agir, Dez. 1995, p. 43 – 76
- NEGREIROS, Maria Augusta Negreiros; MARTINS, Alcina Martins; HENRÍQUEZ, Alfredo; FIGUEIRA, Josefina (1999). *Serviço Social, Profissão & Identidade – Que Trajectória?*. Lisboa/S. Paulo, Veras Editora.
- NETTO, José Paulo (2000). *Serviço Social, da Formação ao Reconhecimento Profissional – Uma Acção Colectiva*, in <http://servicosocialportugues.blogspot.com/search/label/Servi%C3%A7o%20Social%20da%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20ao%20reconhecimento%20Profissional%20Paulo%20Netto>, consultado a 20 de Janeiro de 2009.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª Edição. Lisboa. Gradiva.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2004). *A Universidade no Século XXI – Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*, São Paulo, Cortez Editora.
- SEIXAS, Ana Maria (2003). *Políticas Educativas e Ensino Superior em Portugal*. Coimbra. Quarteto.
- SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Orgs) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, José Manuel (2002), *Passo a Passo Construindo o Futuro* in Revista n.º9 do Instituto Politécnico de Leiria, Abril de 2002, p. 22
- SILVA, José Manuel (2002), *Vagas, candidatos e lições para o futuro* in Revista n.º11 do Instituto Politécnico de Leiria, Nov. 2002, p. 41
- SIMÃO, José Veiga; SANTOS, Sérgio Machado dos Santos; COSTA, António de Almeida e (2005), *AMBIÇÃO PARA A EXCELENCIA – A oportunidade de Bolonha*. Lisboa. Gradiva
- TOMÉ, Rosa (2007). *O Processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: Os Desafios à Formação e à Profissão*, in <http://www.cpihts.com/PDF02/Rosa%20Tom%C3%A9.pdf>, consultado em 10 de Outubro de 2008.
- VIEIRA, Ricardo (Coordenador) e SILVA, Pedro; BISCAIA, Pedro; FILIPE, Alda Mourão(2005), *Actas do Congresso ‘Pensar a Região de Leiria’*. Porto, Edições Afrontamento; Escola Superior de Educação de Leiria.

PESQUISA DOCUMENTAL

- VIEIRA; OLIVEIRA (Coordenadores Científicos do Curso de Serviço Social), *Fundamentação do Curso “Animação e Serviço Social”*, Carta enviada pelo presidente do IPL ao Presidente do Conselho Directivo da ESEL, 27/01/2000 (a).
- ALMEIDA, Luciano (Presidente do IPL), solicita o parecer dos Professores António de Almeida e Costa e José Veiga Simão, quanto à criação do curso “Animação e Serviço Social”, 27/01/2000.
- COSTA, António Almeida e; SIMÃO, José Veiga, *PARECER*, Carta enviada por António de Almeida e Costa e José Veiga Simão ao Presidente do IPL, na sequência do pedido de parecer para a criação de uma licenciatura em Animação e Serviço Social, 18/09/2000.
- VIEIRA; OLIVEIRA (Coordenadores Científicos do Curso de Serviço Social), *Breve Justificação da Nova Estruturação Curricular Proposta para o Curso da Licenciatura em Animação e Serviço Social da Escola Superior de Educação do IPL*, carta enviada pelo Presidente do Conselho Directivo da ESEL ao Presidente do IPL, 22/12/2000 (b).
- COSTA, António Almeida e Costa, *Parecer relativo à Breve Justificação da Nova Estruturação Curricular Proposta para o Curso da Licenciatura em Animação e Serviço Social da Escola Superior de Educação do IPL*, 04/01/2001
- VIEIRA e OLIVEIRA, *Proposta de Criação do Curso de Licenciatura em Serviço Social* - aprovada na reunião extraordinária do Conselho Científico da ESEL, 17 de Janeiro de 2001.
- LOURO, Cristina (Presidente da Direcção Nacional da APSS), documento: *Apresentação das Moções Aprovadas no I Congresso Nacional de Serviço Social*, carta enviada a 12 de Junho de 2002 ao Chefe do Gabinete do Ministro da Ciência e do Ensino Superior, que reencaminha para o Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (28/06/02).
- LOURTIE, Pedro (Secretário de Estado do Ensino Superior), *Despacho respeitante à Criação da Licenciatura Bietápica em Serviço Social na Escola Superior de Educação de Leiria*, Ministério da Educação (Chefe do Gabinete Hélder Pereira) envia o documento para o Presidente do IPL, 05/04/2002
- NEGREIROS, Maria Augusta Negreiros, *Curso Bietápico de Licenciatura em Serviço Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria*, carta subscrita pelo grupo de doutorados em Serviço Social, datada de 18 de Julho de 2002, remetida pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior ao Presidente do Instituto Politécnico de Leiria.
- ANDRADE, Marília (Coordenadora da Rede Nacional de Escolas de Serviço Social), *Curso Bietápico de Licenciatura em Serviço Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria*, carta remetida pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior ao Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, 9 de Agosto de 2002.
- ESEL (s.n.), *Reconhecimento de Cursos como Habilitação para a Docência – Relatório de Serviço Social*, Junho de 2005.
- VIEIRA, Ricardo (2004/2005), *Curso de Serviço Social - Regulamento de Estágio Curricular dos 1º e 2º ciclos da Licenciatura Bietápica*.

LEGISLAÇÃO:

- Lei n.º 5/73 – Define os objectivos do ensino superior (Reforma Veiga Simão).
- Decreto-Lei 427 – B/77, de 14 de Outubro – É instituído o ensino superior de curta duração.
- Decreto-Lei 513 T/79, de 26 de Dezembro – Altera a designação de ensino superior de curta duração para ensino superior politécnico.
- Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto – Cria o Instituto Politécnico de Leiria e decreta a integração da Escola Superior de Educação de Leiria no IPL.
- Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, alterada pela Lei 115/97 de 19 de Setembro e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto – Lei de Bases do Sistema Educativo (serviço social universitário).
- Portarias n.º 793 de 8 de Setembro e n.º 797 de 9 de Setembro de 1989 – é reconhecido aos Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa e Porto a faculdade de atribuírem o grau de licenciatura aos Cursos de Serviço Social neles ministrados.
- Portaria n.º 15/90 de 9 de Janeiro - é reconhecido ao Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra a faculdade de atribuírem o grau de licenciatura ao Curso de Serviço Social nele ministrado.
- Portaria n.º 370/90 de 12 de Maio - Reconhece-se o grau de licenciado aos diplomados pelos Institutos de Serviço Social de Lisboa, Porto e Coimbra, antes de 1989/1990.
- Lei n.º 54/90 de 5 de Setembro – Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior público.
- Portaria n.º 1144/90 de 20 de Novembro – reconhece o grau de licenciado aos diplomados com os cursos de Serviço Social nos Institutos de Educação e Serviço Social de Angola e Moçambique, antes do reconhecimento da licenciatura.
- Decreto – Lei n.º 296/91 de 18 de Agosto - cria a carreira de Técnico Superior de Serviço Social.
- Decreto – Lei n.º 148/94 de 25 de Maio - Transição para a carreira de Técnico Superior de Serviço Social, contemplam as situações mencionadas nas Portarias n.º 370/90 de 12 de Maio e n.º 1144/90 de 20 de Novembro, assim como, o acesso a esta carreira dos diplomados em Política Social pelo ISCSP.
- Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro – Avaliação do Ensino Superior.
- Decreto – Lei n.º 205/98, de 11 de Julho – Cria o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior .
- Diário da República (I Série B), n.º 176 de 1 de Agosto de 2002, portaria n.º 936/02 - O Instituto Politécnico de Leiria, através da Escola Superior de Educação, é autorizado a conferir os graus de bacharel e licenciado em Serviço Social.
- Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro – Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior.
- DR II série, n.º 51 de 13 de Março de 2006, Despacho n.º 5965/06 (2ª série) – alteração do Plano de Estudos do curso bi-etápico de licenciatura em Serviço Social da ESE-IPL.
- Decreto – Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior
- Decreto – Lei n.º 64/2005 – Regulamenta as provas especialmente adequadas para avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior a maiores de 23 anos.
- Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março – Regulamentação das Alterações introduzidas pela Lei de Bases do Sistema Educativo relativas ao novo modelo de organização do ensino superior (ciclos de estudos).

ANEXO I – Plano de Estudos do Curso Bi-etápico de Licenciatura em Serviço Social

- Diário da República (I Série B), nº 176 de 1 de Agosto de 2002, portaria nº936/02 - O Instituto Politécnico de Leiria, através da Escola Superior de Educação, é autorizado a conferir os graus de bacharel e licenciado em Serviço Social com o seguinte plano de estudo:

Quadro nº 1 – 1º ciclo referente do Grau de Bacharel:

Quadro 1.1 – 1º ano

Unidades Curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanas)			
		Aulas Teóricas	A. T.P.	A. Práticas	Seminários estágios
Comunicação em Língua Portuguesa	A	1	2		
Língua Estrangeira (Inglês ou Francês)	A		3		
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	S1	1	3		
Introdução às Ciências Sociais	S1	2	2		
Informática I	S1	1	3		
Serviço Social I	S1		4		
Informática II	S2	1	3		
Princípios Gerais do Direito	S2		3		
Introdução à Economia	S2	2	2		
Serviço Social II	S2			5	

Quadro 1.2 – 2º ano

Unidades Curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanas)			
		Aulas Teóricas	A. T.P.	A. Práticas	Seminários e estágios
Economia Portuguesa	S1	2	2		
Direito da Família e dos Menores	S1		3		
Antropologia Social e Cultural	S1	1	2		
Psicologia do Desenvolvimento	S1	1	2		
Métodos e Técnicas de Investigação Social	S1	1		3	
Serviço Social III	S1			5	
Técnicas de Animação Sócio - Cultural	S2		4		
Direito do Trabalho e Legislação Social	S2		4		
Psicologia Social	S2	1	2		
Sociologia da Comunicação	S2	1	2		
Educação para a Saúde	S2	1	2		
Serviço Social IV	S2			5	

Quadro 1.3 – 3º ano

Unidades Curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanas)			
		Aulas Teóricas	A. T.P.	A. Práticas	Seminários e estágios
Problemas da Sociedade e Cultura Contemporâneas	S1	3			
Oficina de Expressões	S1			4	
Técnicas de Entrevista	S1		3		
Relações Interpessoais e Dinâmicas de Grupo	S1		4		
Processo Penal	S1		3		
Serviço Social V	S1			5	
Culturas Lusófonas	S2	3			
Intervenção Social em Grupos de Risco	S2	1	3		
Terapia Ocupacional e Psicomotricidade Relacional	S2		4		
Sociologia da Família	S2	1	2		
Seminário Interdisciplinar	S2			3	
Serviço Social VI	S2		5		
Estágio Curricular	S2				

Quadro nº 2 – 2º ciclo referente do Grau de Licenciado (4º ano)

Unidades Curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanas)			
		Aulas Teóricas	A. T.P.	A. Práticas	Seminários e estágios
Observatório de Serviço Social	A			4	
Políticas Sociais	S1	3			
Psicopatologias e Intervenção Patológica	S1	2	2		
Planeamento Socioeconómico	S1	2	2		
Gestão de Instituições de Serviço Social	S1	2	2		
Multiculturalidade e Educação Intercultural	S1		3		
Justiça e Reinserção Social	S2	2	2		
Serviço Social e Administração Pública	S2	2	2		
Sociologia do Desenvolvimento	S2	2	2		
Políticas Comunitárias de Serviço Social	S2	1	2		
Ética e Deontologia	S2	3			
Estágio Curricular	S2				

ANEXO II – Alteração do Plano de Estudos do Curso Bi-etápico de Licenciatura em Serviço Social

- DR II série, nº51 de 13 de Março de 2006, Despacho nº 5965/06 (2ªsérie):
Alteração do Plano de Estudos do curso bi-etápico de licenciatura em Serviço Social da ESE-IPL

Quadro 3 – Alteração no plano de estudos do 2º ciclo (4º ano - grau licenciado)

Unidades Curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)				Observações - Total de horas semestrais
		Aulas Teóricas	A. Teórico - práticas	A. Práticas	Seminários e estágios	
Observatório de Serviço Social	S1			3		520 30
Políticas Sociais	S1	3				
Psicopatologias e Intervenção Patológica	S1	2	2			
Planeamento Socioeconómico	S1	2	2			
Gestão de Instituições de Serviço Social	S1	2	2			
Multiculturalidade e Educação Intercultural	S1		3			
Estágio Curricular	S2					
Projecto	S2					